

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO DE PORTO ALEGRE**

**JÉSSICA BORBA DE SOUZA**

**A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA  
ABORDAGEM MUDIÁTICA**

**PORTO ALEGRE**

**2021**

JÉSSICA BORBA DE SOUZA

**A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA  
ABORDAGEM MUDIÁTICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel, pelo Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Campus Porto Alegre.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Franzoni

Porto Alegre

2021

À memória de Liane.  
Uma estrela cadente de luz, amor e  
sorrisos infindáveis. Feliz de mim por ter  
te conhecido.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esse trabalho aos meus pais, que desde muito cedo inculcaram em mim o desejo pelo estudo e pelo conhecimento. Que sempre disseram que tudo que eu aprendi nas salas de aula jamais será tirado de mim, independente da profissão que eu exerça. Devo a eles também a vontade de transformar o mundo, a certeza de que aquilo no que eu acredito precisa ser reverberado, e aqueles que têm menos que eu (sejam oportunidades, espaço, privilégios, conhecimento ou voz) devem sempre ser amparados. Imagino que ao me ver uma mulher, feminista, LGBTQIA+, e agora jornalista, eles talvez possam ter se arrependido de me encorajar tanto, contudo suspeito que o orgulho é muito maior, e com lágrimas nos olhos eu digo: muito obrigada por tanto.

Agradeço também às amigas e aos amigos que tornaram isso tudo possível, com abraços virtuais - em tempos de pandemia e desgoverno -, com afagos, com palavras de encorajamento e com paciência diante das minhas reclamações. Agradeço a elas e a eles que sempre estiveram por perto, independente do humor que eu tinha para oferecer, aos que sei que sempre estarão: Bruna Alfama, Bruna Fernandes, Denilson, Fernando, Liane, Nana e Vitória.

E agradeço a Sabrina, a melhor professora que eu já conheci na vida, e que ainda conhecerei. Sabrina é daquelas professoras que passe o tempo que passar você vai lembrar, não só por todo o conhecimento e vivência que ela traz nas palavras, mas pelo ser humano espetacular, compreensivo, empático e amoroso que ela é. Eu jamais teria conseguido concluir esse trabalho em condições tão anormais sem o carinho, a paciência e o apoio dela. Obrigada Sassá!

## RESUMO

Este trabalho realiza uma reflexão sobre a naturalização da violência contra a mulher, com base no mapeamento dos termos utilizados pelos profissionais do jornalismo, em suas narrativas, para descreverem as vítimas e os agressores. O estudo selecionou 10 reportagens publicadas em veículos variados, que versam sobre cinco Casos, escolhidos em função de sua repercussão nacional e estadual: Eloá Cristina Pimentel, Eliza Samudio, Débora Forcolen, Tatiane Spitzner e Elaine Caparroz. O método de análise utilizado foi a pesquisa qualitativa (ALAMI et al., 2010) e a interpretação dos dados foi feita a partir da mescla de perspectivas de alguns teóricos: Butler (2019), Bourdieu (2002), Alsina (2009), Traquina (2008), entre outros. Por fim, percebeu-se que, apesar da legislação existente sobre feminicídio, os jornalistas continuam a reforçar a naturalização da violência contra as mulheres.

**Palavras-chave:** naturalização da violência; mulher; gênero; feminismo; jornalismo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 FEMINISMO, GÊNERO E VIOLÊNCIA</b> .....	12
2.1 Gênero: uma construção diária .....	19
2.2 Violências contra a mulher .....	24
<b>3 NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</b> .....	26
<b>4 JORNALISMO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE</b> .....	33
4.1 De acontecimentos às notícias .....	39
<b>5 PESQUISA QUALITATIVA E PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	42
5.1 O Percurso Metodológico .....	44
5.1.1 Caso Eloá Cristina Pimentel .....	45
5.1.2 Caso Eliza Samudio .....	46
5.1.3 Caso Débora Forcolen .....	46
5.1.4 Caso Tatiane Spitzner .....	47
5.1.5 Caso Elaine Caparroz .....	47
<b>6 ANÁLISE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</b> .....	49
6.1 Categoria 1: Descrição da vítima .....	50
6.2 Categoria 2: Descrição do Agressor .....	55
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	68
<b>APÊNDICE</b> .....	72

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por **objetivo** analisar as reportagens/notícias sobre cinco casos de violência física contra a mulher, narrados em veículos distintos. A partir de uma análise quantitativa e qualitativa dos elementos constitutivos dessas matérias pretendo apontar a forma como a violência contra a mulher é retratada nestes meios de comunicação, a fim de conhecer quais são os elementos ideológicos presentes nas representações da realidade construídas pelos profissionais do jornalismo. Além disso, a intenção é discutir o modo como isso pode influenciar o estabelecimento do preconceito e o reconhecimento de uma pretensa normalidade frente aos casos de violência contra a mulher. O tema deste estudo é a naturalização da violência contra a mulher.

As taxas de violência contra a mulher têm aumentado ano após ano como mostra o Atlas da Violência de 2019 (CERQUEIRA et al., 2019). Ao levar em consideração que o jornalismo é parte integrante da construção da realidade, torna-se um campo importante para analisar de que forma a violência de gênero está sendo abordada. A partir disso, pode-se interpretar o modo como as vítimas e os agressores são citados nas reportagens e refletir sobre o quanto essas narrativas jornalísticas contribuem para a desconstrução dos preconceitos que perpetuam a prática da violência ou acabam por fortalecê-la.

Basta abrir um portal de notícias, um jornal, ou ainda ter uma conversa com uma amiga para ouvir dezenas de casos de violência que ocorrem diariamente. São tantos os casos e ocorrem com tamanha frequência que seria muito difícil enumerá-los e tipificá-los com exatidão. Há os mais comuns, como assaltos, os mais escabrosos, como desmembramentos, e há ainda os que até pouco tempo atrás nem classificávamos como violência, exemplo disso são as agressões verbais que as mulheres estão sujeitas.

A palavra violência tem origem no latim (*violentia*) que significa o ato de violar a si mesmo ou a outra pessoa (MODENA, 2016). Alguns autores defendem que a violência nasce dentro de cada um de nós, os mais lúcidos que ela acontece dentro de nós quando é fomentada por fatores externos, como a cultura na qual o indivíduo está inserido, episódios de abandono, descaso e até mesmo violência, seja ela física ou subjetiva. A análise das reportagens será realizada com base na teoria da “dominação masculina” de Pierre Bourdieu (2002), detalhada no capítulo 3

“Naturalização da Violência contra a Mulher”, que aborda a naturalização da prática de variados tipos de violência contra as mulheres.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar a questão da violência nem fazer extensa discussão ético-filosófica. No entanto, é importante contextualizar a violência a que a mulheres estão sujeitas. Partindo de uma realidade cristã, essencialmente católica, que tem um passado de justificar atos de violência, desde que para impedir ou conter pecadores, principalmente as mulheres, vide a história da inquisição, na idade média, promovida pela igreja católica e protestante na perseguição e queima das mulheres ditas “bruxas”<sup>1</sup>, que nunca receberam um pedido formal de desculpa das instituições religiosas. No Brasil, num período mais recente, temos uma ascensão das igrejas evangélicas, que apregoam dogmas e normas ainda mais rígidos sobre a vida dos fiéis, e em grande medida induzem o julgamento daqueles que não estão na igreja, os que estão “no mundo” - termo comumente utilizado por evangélicos para designar os que não professam a fé evangélica. A bancada evangélica no Congresso (que atua de forma organizada desde 2003, ano em que se registrou como Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional), em outubro de 2018 tinha 91 parlamentares eleitos segundo Luiza Damé (2018). O que representa um total de 15%, levando em consideração que o estado brasileiro se pretende laico, é um número expressivo.

Cabe ressaltar, ainda, que o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro foi eleito com apoio massivo do setor evangélico e da bancada da bala, que aparecia em diversos eventos de campanha fazendo o gesto de ‘arma’ com os dedos. Gesto esse que foi popularizado pelo candidato, que tinha como uma de suas principais propostas para o governo a flexibilização da aquisição de armas pela população.

Contudo, mesmo que os discursos dos parlamentares dessas bancadas, citadas acima, sejam de combate à violência, na prática, a maioria, são segregadores. Ou seja, alguns discursos defendem os interesses dos “cidadãos de bem”, mas afinal quem são eles? E quem não for definido como “cidadão de bem”? Contra essas pessoas diferentes a violência é justificada e chancelada. Conforme

---

<sup>1</sup> Sobre a perseguição das mulheres pelas igrejas na idade média ver: “As Mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas”, artigo de Daniel Luciano Gevehr e Vera Lucia de Souza (2014). Disponível em:<<http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/viewFile/38/34>>. Acesso em: 10, fevereiro de 2021.

apontam discursos do próprio presidente, é possível identificar quem são as pessoas contra as quais a violência é justificada. Em citações levantadas pelo *Jornal Estado de Minas*, editado pelos *Diários Associados*, na reportagem “Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro que o deputado considerou 'brincadeira””: O jornal *EM* reuniu algumas das declarações que ofenderam mulheres, homossexuais, negros e esquerdistas, (CIPRIANI, 2018):

Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas (arroba é uma medida usada para pesar gado; cada uma equivale a 15 kg). Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles.” (Em palestra no Clube Hebraica, abril de 2017). [...] “Fica aí, Maria do Rosário, fica. Há poucos dias, tu me chamou de estuprador, no Salão Verde, e eu falei que não ia estuprar você porque você não merece. Fica aqui pra ouvir. (Em discurso na Câmara, em 2003). Ao explicar a frase: “Ela não merece (ser estuprada) porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar porque não merece”. [...] “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro ele muda o comportamento dele. Tá certo? Já ouvi de alguns aqui, olha, ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem” (Em programa da TV Câmara em novembro de 2010). [...] “Eu sou favorável à tortura, tu sabe disso” (A um programa de TV, em 1999). E “O erro da ditadura foi torturar e não matar” (Em entrevista no rádio, em junho de 2016). [...] “Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater” (Em entrevista sobre uma foto do ex-presidente FHC ter posado em foto com a bandeira gay e defendido a união civil, em maio de 2002). [...] “Deveriam ter sido fuzilados uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso” (Em programa de TV, em maio de 1999).

Bolsonaro foi eleito com 55% dos votos válidos (MAZUI, 2018). 55.205.640 brasileiros elegeram o responsável por proferir tais pensamentos, entre outros, tão misóginos e preconceituosos quanto estes. O que, em uma observação rápida, leva a crer que essas pessoas ou concordavam com ele, ou conviviam bem com suas posições, que claramente incitam a prática da violência contra alguns “tipos” de pessoas.

No capítulo 2, “Feminismo, Gênero e violência”, aprofundamos a temática desta pesquisa. A violência contra a mulher e sua naturalização na nossa sociedade, é encabeçada por um estado que se mostra incapaz de nos proteger, e o pior, em certa medida indiferente a essa necessidade de proteção, o que se reflete em números. 4.936 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2017, conforme apontam os dados do Atlas da Violência de 2019 (CERQUEIRA et al., 2019), lançado em 05 de junho deste mesmo ano. São 13 mulheres assassinadas por dia. Uma mulher é assassinada a cada 1h45min, em média. O Atlas mapeou o período

compreendido entre 2007-2017 e concluiu que houve um aumento no número de homicídios praticados contra mulheres de 30,7%<sup>2</sup>. Mulheres brancas, negras e pardas, todas são mortas. Geralmente por seus companheiros ou conhecidos, em mais da metade dos casos dentro da própria casa.

Pretendo fugir de uma abordagem existencialista, que entende como mulher somente aqueles corpos que têm os atributos femininos ao nascer e são assim denominados pela biologia, que separa os mamíferos entre fêmeas e machos. Busco uma definição contemporânea que abarque as diferenças sexuais e de gênero em sua totalidade. Como aponta Judith Butler (2012, p.59), “Mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações.” (Apud CHAVES e NÓBREGA, 2015, p.9).

Butler (2019) borra as fronteiras entre sexo e gênero e defende que o indivíduo ao longo da sua vida se constitui como bem entender, como um reflexo da sociedade em que está inserido e dos comportamentos que performa frente a ela. Posto isso, as matérias que vou analisar serão aquelas que abordam a violência contra a mulher, tenha ela o corpo que tiver, desde que se declare como tal. No capítulo 2 também aprofundo a abordagem da construção de práticas que definem o gênero, falo do movimento feminista no Brasil e sobre a violência contra as mulheres.

Jornalistas se propõe a fazer leituras possíveis da realidade, com base em suas interpretações dos fatos e como comunicam isso ao público, questões que trato no Capítulo 4 “Jornalismo e Construção Social da Realidade”. Afirma Bourdieu (1997, p. 25) “os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado”. (Apud TRAQUINA, 2008).

---

<sup>2</sup>Esse trabalho não faz um recorte racial ao apresentar as taxas de violência contra as mulheres, pois tais dados são usados como forma de ilustrar o contexto do Brasil, um país perigoso para se existir enquanto mulher. Não há neste estudo a intenção de detalhar o perfil das vítimas de violências, ou mesmo entender as motivações dos agressores. Contudo, há que se atentar para o genocídio dos corpos negros que segue em curso no Brasil, prova disso é que em 2017 - último ano pesquisado pelo Atlas da Violência de 2019 (CERQUEIRA et al., 2019) – a taxa de assassinatos de mulheres não negras foi de 3,2 (a cada 100 mil habitantes) e de mulheres negras 5,6 (a cada 100 mil habitantes). Ou seja, em 2017 foram assassinadas 75% mais mulheres negras do que não negras.

Ao escolher as histórias que vão contar e o enquadramento que vão dar às mulheres, os/as jornalistas ressignificam os acontecimentos. Por mais que alguns almejem a imparcialidade e acreditem que são meros “espelhos da realidade”, na realidade o que observam são acontecimentos e os relatam sob sua ótica particular. Cada um/uma vê o mundo a sua maneira, o que significa que toda reportagem, relata apenas uma das versões possíveis. A partir do momento que essa versão é publicada ela passa a fazer parte da realidade social partilhada, e a pautar, inclusive, outros veículos e até as discussões nos bares, se tornando assim parte do acontecimento. Sandra Raquew dos Santos Azevêdo (2010) estabelece uma conexão importante entre os relatos jornalísticos e o reconhecimento deles na construção da realidade sobre a violência contra a mulher. Para a autora, é possível perceber na relação entre o jornalismo, a sociedade e a construção da realidade, através do modo como a violência de gênero é abordada, sendo necessário ter em foco o interesse público nesse enquadramento.

A construção da realidade e a prática jornalística será explorada no capítulo 4: *Jornalismo e Construção Social da Realidade*. No capítulo 5, *Pesquisa Qualitativa e Percurso Metodológico*, será descrita a operacionalização da pesquisa qualitativa e trilhado o percurso metodológico, com a descrição dos casos e das reportagens escolhidas.

Analisarei as reportagens/notícias com relação ao uso dos termos que designam a violência contra a mulher no capítulo 6, a fim de teorizar a reverberação da comunicação no panorama social em que vivemos. Busco mapear os termos utilizados pelos jornalistas nas matérias sobre a vítima e sobre o agressor.

Na sequência tratamos da história do movimento feminista no Brasil, para entender qual o contexto em que as violências contra as mulheres são praticadas.

## 2 FEMINISMO, GÊNERO E VIOLÊNCIA

Neste capítulo vamos conceituar os termos feminismo, gênero e violência. Além de contextualizar a realidade que envolve tais conceitos, associados à violência no âmbito do nosso país e parte do desenrolar histórico que nos levou ao que vivenciamos atualmente.

Antes de entendermos como foi que o feminismo surgiu no Brasil e o seu desenrolar histórico, ressalto que ainda em 2021 estamos tentando entender – e aí falo de nós mulheres que percebem a luta umas das outras, que leem jornais e acompanham as notícias – como é assombroso e incompreensível que ainda estejamos lutando pelas mesmas coisas, exceto o direito ao voto, mas, a maioria das reivindicações permanecem as mesmas. Ainda ansiamos ser ouvidas, reconhecidas no mercado de trabalho, e principalmente respeitadas, o que deveria ser a questão mais simples visto que somos todos seres humanos (homens e mulheres), entretanto é uma das que mais nos afligem. Branca Moreira Alves (2019), ao falar da luta das sufragistas pontua sobre essa incompreensão: “Uma pergunta ainda sem resposta que pode encontrar uma explicação no temor primordial dos homens em relação ao sexo feminino” (ALVES, 2019, p.49).

Logo de início é importante compreendermos como se desenvolveu o feminismo no nosso país. Afinal se os números de violência contra a mulher não são maiores, e mais, se existem leis que criminalizam a violência contra a mulher, é sem dúvidas devido a atuação desse movimento. Movimento esse, que como bem aponta Alves (2019), veio de fora, de reflexões europeias sempre um tanto avançadas devido ao acesso privilegiado a tecnologia e a informação.

Dentre os costumes trazidos da Europa e implantados no Novo Mundo estava a manutenção do status inferior da mulher: de um lado, a mulher branca, membro dominado da classe dominante, cuja castidade era condição essencial para cumprir sua função de procriadora; de outro a mulher negra, indígena ou mestiça, explorada como braço escravo e objeto sexual. (ALVES, 2019, p.54).

Como tantos outros costumes trazidos de fora para o Brasil, a manutenção do status de ser inferior para as mulheres, também se manteve. Diante dessa realidade, Constância Lima Duarte (2019) traça um panorama sobre o feminismo no Brasil, desde o primeiro momento em que as mulheres começaram a se

organizar de alguma forma contra a ordem estabelecida que as subjugava. Para começar a entender o que representa esse movimento, cabe partir da definição de feminismo:

Pois o feminismo, a meu ver, deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo. (DUARTE, 2019, p. 26)

Conforme a autora a definição de feminismo que será usada neste trabalho, é a de que feminismo é todo gesto, fala, comportamento empenhada contra a opressão e a discriminação masculina sobre as mulheres. A autora aponta como primeira bandeira levantada pelo movimento em solo brasileiro o direito ao voto e opta por dividir as ações feministas em quatro grandes momentos. O primeiro deles diz respeito ao direito de aprender ler e escrever. Até então as mulheres viviam, em sua maioria, enclausuradas, exercitando apenas dotes manuais e aprendendo a ser boas esposas. O que não inclui a educação formal, reservada aos homens. Duarte (2019) aponta que a primeira autorização para abertura de uma escola para mulheres é de 1827. Ela frisa que foram essas primeiras mulheres a estudar que entenderam que havia muito a ser feito e tomaram para si a responsabilidade de inspirar as demais, percebendo que havia um caminho para seguir e uma luta para travar:

Foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres, que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender os benefícios do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que defendia a ideia de que mulher não necessitava saber ler e escrever. Segundo Zahidé Muzart, estava ali a gênese do feminismo no país. (DUARTE, 2019, p. 27).

Segundo Duarte (2019) o texto fundador do feminismo brasileiro é de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida no Rio Grande do Norte. Alves (2019) a caracteriza como referência fundamental no feminismo brasileiro: “Em séculos de silêncio, uma mulher se destaca no Brasil como admirável exceção: Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), referência incontornável para todos os que estudam a história dos direitos femininos no país.” (ALVES, 2019, p.54). Ela se inspirou em escritos ingleses para produzir aquele que é o primeiro livro sobre o direito das mulheres publicado no Brasil, *Direito das*

*Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832). Nísia propõem reflexões importantes, como a identificação do desdobramento do preconceito no Brasil a partir da colonização, além de argumentar que as diferenças tão apontadas entre homens e mulheres, são frutos da educação e do meio social em que estamos inseridos, muito mais do que qualquer característica biológica consiga validar:

Nísia Floresta identifica na herança cultural portuguesa a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a ideia dominante da superioridade masculina. Homens e mulheres, afirma ela, “são diferentes no corpo, mas isso não significa diferenças na alma”. Argumenta, também, que as desigualdades que resultam em inferioridade “vêm da educação e circunstâncias de vida”, antecipando a noção de gênero como uma construção sociocultural. Segundo a autora, os homens se beneficiavam com a opressão feminina, e somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada. (DUARTE, 2019, p.28).

Ainda como aponta Duarte (2019), Nísia não traduziu literalmente o livro no qual se inspirou. Contudo, interpretou suas ideias e as correlacionou com a realidade da mulher brasileira do século XIX. Os brasileiros, assim como muitos outros povos tidos como subdesenvolvidos, acabam assimilando culturas que não a sua, perseguindo ideais que não os seus, tentando se igualar a pessoas que são e vivem coisas completamente diferentes, geralmente naturais do continente Europeu ou ainda da América do Norte. E isso demora para começar a mudar, porque só recentemente é que começamos a reconhecer a importância de pensadoras que não sejam euro centradas. “Apenas nos últimos anos, provavelmente em razão da emergência dos debates feministas interseccionais, começamos a reconhecer a importância de pensadoras latino-americanas e mestiças (...) e trazer agora a perspectiva decolonial com suas sérias ressalvas às teorias de caráter eurocêntrico (HOLLANDA, 2019, p.9)”. Duarte enfatiza esse momento do nosso país:

E aqui está a marca diferenciadora desse momento histórico: o nosso primeiro momento feminista, mais que todos os outros, vem de fora, não nasce entre nós. E Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa e feito a tradução cultural das novas ideias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileiras. (DUARTE, 2019, p.29).

Alves (2019) descreve a reunião pública de 20 de julho de 1948, na qual mulheres reunidas redigiram a Declaração de Princípios, semelhante a Declaração

de Independência Americana, na cidade norte-americana de Seneca Falls. E fala sobre esse início da luta sufragista que chegaria a inúmeros outros países, pouco a pouco: “Desde Seneca Falls, a ideia de emancipação da mulher deixou de ser uma aspiração para se tornar um desejo coletivo de milhares de mulheres, em diversos países, por várias gerações.” (ALVES, 2019, p.51).

Assim que chega no Brasil esse movimento, as mulheres brasileiras, diferentemente das americanas por exemplo, não buscavam emancipação e nem falavam sobre a violência que sofriam ainda, elas só queriam ser reconhecidas como “seres pensantes” (DUARTE, 2019).

Já na década de 1870, as mulheres tinham conseguido acesso à educação formal, apesar de ainda não poderem exercer atividades profissionais livremente. Sobre essa questão Duarte (2019, p. 31) exemplifica que somente “as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos”, entretanto elas estavam se organizando para discutir sobre os seus problemas. Surgiram assim muitos jornais feministas.

Entre tantas jornalistas, ganha destaque Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905), que com mais ênfase questionou a construção ideológica do gênero feminino e exigiu mudanças radicais na sociedade. A Família, o jornal que dirigiu de 1888 a 1897, primeiro em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, destacou-se principalmente pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, questionando a tutela masculina e testemunhando momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos. (DUARTE, 2019, p.32).

Esse modo de se organizar foi tomando grandes proporções. As mulheres conseguiam ter mais voz por meio dos jornais feministas, ainda que com poucas tiragens, era um meio para acessar outras mulheres e “aquecer” o movimento.

Com toda essa preparação, é de se esperar o tamanho da onda que se seguiria. O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias. (DUARTE, 2019, p.35).

A autora cita a década de 1920 como pródiga para o movimento feminista, pois até então o feminismo feito no país era branco, burguês, e “bem comportado” (DUARTE, 2019). Finalmente surgem no horizonte de luta feminista iniciativas que

trazem para o debate a questão das classes sociais, a instrução da classe operária, entre outras coisas. Em 1927 elas alcançam uma grande conquista para todas as mulheres, o estado do Rio Grande do Norte reconhece o direito ao voto às mulheres, à frente de todo o Brasil nesse assunto.

Quando chega o ano de 1927, o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, antecipa-se à União e aprova uma lei em seu estado dando o direito ao voto às mulheres, para regozijo nacional das feministas. A terra de Nísia Floresta saía na frente e impunha-se como provocação para as demais províncias. (DUARTE, 2019, p.37).

É então lançado um manifesto à nação, assinado por mulheres pertencentes a importantes famílias políticas da época que pontua a necessidade que pulsava entre elas. “Sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos à vida e à liberdade proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas.” (DUARTE, 2019, p.38).

Dois anos mais tarde acontece a eleição da primeira mulher, também no progressista Rio Grande do Norte.

Foi possível, inclusive, assistir à eleição da primeira prefeita, Alzira Soriano (1897-1963), em 1929, no município de Lajes, interior do Rio Grande do Norte, que derrotou o adversário, um conhecido coronel da região, com 60% dos votos, e se tornou a primeira mulher prefeita da América do Sul. (DUARTE, 2019, p.38).

Finalmente, quatro anos depois do primeiro estado brasileiro legislar a favor do voto das mulheres, ele é reconhecido pelo então presidente, Getúlio Vargas. “Apenas em 1932, o presidente Getúlio Vargas cedeu aos apelos e incorporou ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens, excluindo analfabetos.” (DUARTE, 2019, p.38).

No entanto até 1965, quando é incluído no Código Eleitoral nos mesmos termos do voto masculino, ele continua sujeito a certos “poréns”. Por exemplo, mulheres casadas que não exercessem atividade remunerada deveriam ter autorização do marido para votar.

A conjuntura política do Brasil nos anos seguintes levou o feminismo brasileiro a divergir ainda mais das lutas do feminismo norte-americano e europeu. Se formos fazer um recorte racial, e falar de mulheres negras essa diferença seria ainda mais gritante. Ainda que as brasileiras tenham discutido a sexualidade e a diversidade, as suas pautas eram atravessadas pela luta contra a censura e a favor

da democracia e por melhores condições de vida. (DUARTE, 2019, p. 42). A autora resume as principais pautas do momento:

O planejamento familiar e o controle de natalidade passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas. E a tecnologia anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso. (DUARTE, 2019, p.42).

A autora se refere ao período histórico que compreende a Ditadura militar brasileira, ao citar os pontos acima. Como bem sabemos, e cabe ressaltar, a Ditadura militar brasileira perdurou de 1 de abril de 1964 até 15 de março de 1985. Houve censura, perseguição de adversários contrários aos militares, tortura, exílio, inúmeras pessoas seguem desaparecidas após serem clandestinamente levadas aos porões do DOPs e o desrespeito completo aos direitos humanos. Ressonância para jamais esquecermos do que se viveu aqui. Mas também, para falar, e não me furto da indignação, que nós mulheres ainda lutamos pelo direito aos nossos próprios corpos. O direito ao aborto livre e amparado pelo estado, enquanto política de saúde pública.

De um lado, uma forte repressão política e a conseqüente reação da esquerda; do outro, a necessidade de conjugar os interesses propriamente feministas com a irrecusável e urgente necessidade do engajamento político em tempos de chumbo. Com os estudos feministas fortemente a dicção e as propriedades de suas pesquisas e análises. (HOLLANDA, 2019, p.10,11).

Tantos anos de repressão e supressão de direitos atrasaram a organização das mulheres frente a luta por equidade e respeito:

Dado que frequentemente elege-se como marco da organização do ativismo feminista no Brasil o histórico seminário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que teve lugar 30 de junho a 6 de julho de 1975, vemos, com clareza, o pioneirismo e a posterior sincronidades entre o ativismo e os trabalhos acadêmicos sobre a mulher. Ambos, por sua vez, marcados por um forte compromisso político de enfrentamento à ditadura e às desigualdades sociais. (HOLLANDA, 2019, p.12).

A caminhada acadêmica das mulheres também foi bastante impactada, como tantos outros aspectos, pela Ditadura. Heloisa aponta uma curiosidade que corrobora com tal afirmação. “Nunca é demais lembrar que, em 1967, o objeto de

pesquisa “mulher”, por si só, ainda não se constituía como questão legítima para uma tese acadêmica.” (HOLLANDA, 2019, p.13).

Uma personagem importante da organização dos estudos feministas no Brasil foi Rose Marie Muraro. E nesse começo, desvincular a organização do pensamento da questão de classes era bem difícil, já que pessoas carentes tinham pouco ou nenhum acesso à informação. Heloísa aponta que Rose aborda a necessidade de que o feminismo seja inclusivo, e considere a luta de mulheres mais pobres contra o Estado e a discriminação.

Rose trabalhou de forma interessante a alquimia entre ideologia e feminismo propondo o que definia como “feminismo da fome”, um feminismo que, necessariamente, deveria incluir as mulheres de camadas mais pobres, e que se afinasse com a luta contra o Estado e com o ideário de esquerda relativo à necessidade imperiosa de uma transformação social. Rose não se integrou aos estudos feministas de caráter mais acadêmico, mas realizou importantes pesquisas especialmente sobre sexualidade, além de exercer uma extraordinária militância editorial feminista, à frente da pioneira Editora Rosa dos Tempos, ligada à Vozes e, portanto, à Igreja. (HOLLANDA, 2019, p.13).

Rose, como apontou Heloísa, fala sobre o que atualmente podemos abordar como a vertente feminista Feminismo Interseccional, que leva em consideração questões que vão além do gênero para pensar a dominação, mas também classe, cor da pele e orientação sexual.

Dutra (2019) aponta que alguns defendem que vivemos o pós-feminismo nos dias de hoje. Entretanto a autora questiona o uso do prefixo “pós” se esse quiser dizer que o feminismo já é passado e fora de moda. Certamente não é, não só pela luta para que milhares de mulheres que morrem todos os anos fazendo abortos insalubres possam ter acesso ao sistema de saúde básico. Mas também porque as mulheres seguem em posição inferior frente ao sexo masculino, ainda que o debate esteja posto e muito se fale sobre igualdade. Os salários das mulheres ainda são menores que os dos homens, a presença das mulheres no poder executivo é absurdamente desigual. A presença das mulheres em cargos de decisão na academia também é muito inferior à dos homens, ainda que elas sejam maioria no corpo docente e discente. E a violência contra os nossos corpos continua. Ainda mais descarada e sem pudores. Agora com a chancela do atual presidente, que faz questão de dizer que a única filha que teve foi uma “fraquejada”, que em certo

momento disse a uma colega parlamentar que só não a estupraria porque ela era feia, dentre outras muitas frases que encorajam homens agressores.

## **2.1 Gênero: uma construção diária**

Outro conceito importante para este trabalho é o de gênero. Iniciamos problematizando a noção a partir de Hollanda (2019). Ela fala que a sexualidade da mulher por muito tempo acabou escapando aos debates, principalmente aos acadêmicos. Em um contexto de autoritarismo essas reflexões ficavam restritas a rodas menores. No entanto no início dos anos 80 surgem publicações importantes sobre o assunto, como o Espelho de Vênus, que registra as vivências de mulheres diversas, conforme aponta a autora:

Em 1981, a Editora Brasiliense publica Espelho de Vênus, resultado da experiência de um grupo de reflexão feminista, o Grupo Ceres, que registra a vivência de mulheres de diferentes origens e gerações a respeito da evolução de seu corpo e sexualidade. Trata-se de um livro pioneiro que registra depoimentos extremamente interessantes no momento em que as mulheres começam a se conscientizar e, sobretudo, a falar de si, tornando-se referência na história de toda uma geração de feministas brasileiras. (HOLLANDA, 2019, p.15).

E a segunda publicação também como aponta Heloísa, é “Sexualidade da Mulher Brasileira, de Rose Marie Muraro. Ela fez uma extensa pesquisa a partir do seguinte questionamento: qual a luta mais importante, a de classes ou a de gênero?

Esses dois trabalhos foram importantes, mas é bastante difícil encontrarmos, nessa época, textos teóricos sobre o assunto na altura dos artigos de excelência encontrados sobre violência doméstica, a posição da mulher no mercado de trabalho e saúde da mulher realizados naquele mesmo momento. (HOLLANDA, 2019, p.15,16).

Guacira Lopes Louro (2004), questiona a forma como a sociedade trata, não só mulheres, mas os grupos homossexuais também. A autora tenciona as relações de poder exercidas nesses campos e faz a sua pesquisa a partir disso:

Para teóricos e teóricas queer, seria necessário pensar, agora, numa política e numa teoria pós-identitária, que se voltasse não propriamente para as condições de vida de homens e mulheres homossexuais, mas que tivesse como alvo, fundamentalmente, a crítica da oposição heterossexual/homossexual onipresente na sociedade; a oposição que,

segundo suas análises, organiza as práticas sociais, as instituições, o conhecimento, as relações entre os sujeitos. (LOURO, 2004, p.3).

A autora observa ainda a heterossexualidade como expressão compulsória da sexualidade, o que acaba gerando mais um agravo para a expressão das mulheres que tenham outra orientação sexual que não essa:

Natureza é, de algum modo, equacionada com heterossexualidade, então, o desejo “natural” só pode se voltar para sexo/gênero oposto. A heterossexualidade se constitui, assim, na forma compulsória de sexualidade. Dentro da lógica, os sujeitos que, por qualquer razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como “minorias” e serão colocados à margem das preocupações de uma educação que se pretenda para a maioria. (LOURO, 2004, p.3,4).

Essa ideia do que seria “natural” ou não, é extremamente opressora às mulheres. Porque segundo ela as mulheres são o “sexo frágil” tal qual aponta a expressão de uso comum. A autora Monique Wittig (2019) elabora a questão ao explicar que no caso das mulheres, a ideologia vai longe, uma vez que tanto os nossos corpos quanto as nossas mentes são produtos dessa manipulação.

Nós fomos forçadas em nossos corpos e em nossas mentes a corresponder, sob todos os aspectos, à ideia de natureza que foi determinada para nós. De tal forma distorcida, que nosso corpo deformado é o que chamam de “natural”, que deve existir como tal diante da opressão. (WITTIG, 2019, p.83).

Ela aponta que a base da opressão contra a mulher não é somente social, mas também histórica e biológica:

O matriarcado não é menos heterossexual do que o patriarcado: só o gênero do opressor é que muda. Além disso, não apenas tal concepção está ainda aprisionada nas categorias de gênero (mulher e homem), mas se prende à ideia de que a capacidade de parir (biologia) é o que define uma mulher. (WITTIG, 2019, p.84).

As bases da opressão contra a mulher surgem com a classificação dos seres como homens e mulheres. Parte-se do princípio de que se existem dois grupos, um deve ser mais forte e dominar o outro. A partir daí quando assumimos essa divisão arbitrária sem questioná-la, assumimos também a opressão social que implica ser mulher nessa sociedade:

Ao fazer isso, ao admitir que existe uma divisão “natural” entre mulheres e homens, nós naturalizamos a história, nós assumimos que “homens” e “mulheres” sempre existiram e sempre existirão. Não só naturalizamos a história, mas também, conseqüentemente, naturalizamos os fenômenos sociais que expressam nossa opressão, tornando impossível a mudança. (WITTIG, 2019, p.84).

Os gêneros, conforme aponta a autora, são uma construção de sentidos a partir de atributos físicos, absolutamente arbitrária.

Mas o que nós acreditamos ser uma percepção física e direta é apenas uma construção sofisticada e mítica, uma “formação imaginária”, que reinterpreta atributos físicos (em si mesmos tão neutros quanto quaisquer outros, mas marcados pelo sistema social) por meio da rede de relacionamento na qual eles são percebidos. (WITTIG, 2019, p.85).

A violência a qual a mulher é submetida é mais uma parte dessa engrenagem na qual o gênero feminino é oprimido, desde sempre: “Um enfoque feminista materialista mostra que o que tomamos por causa ou origem da opressão é de fato apenas a *marca* imposta pelo opressor; o “mito da mulher”, mais seus efeitos e manifestações materiais na consciência e nos corpos capturados de mulheres.” (WITTIG, 2019, p.85).

As dificuldades para que as mulheres exerçam plenamente a sua sexualidade estão intimamente ligadas a esses papéis, se são do gênero feminino, devem gostar do gênero oposto, por exemplo. “A recusa em se tornar (ou continuar) heterossexual sempre significou recusar a se tornar um homem ou uma mulher, conscientemente ou não.” (WITTIG, 2019, p.86).

Com isso Wittig (2019) defende a importância de o movimento feminista abandonar esses papéis, de não reconhecer e perpetuar essa aparente “naturalidade”, que acaba só fechando os olhos para o sofrimento de algumas mulheres, e continua mantendo a luta heteronormativa:

Assim, algumas vias do movimento feminista e lésbico nos levam de volta ao mito da mulher que os homens criaram especialmente para nós, e com isso nós afundamos de novo em um grupo natural. Tendo nos erguido para lutar por uma sociedade sem gênero, agora nos vemos presas na conhecida armadilha de que “mulher é maravilhoso”. (WITTIG, 2019, p.86).

Para empreender tal mudança é preciso abrir os olhos para o modo não-natural que a classificação de gêneros é feita, e para os usos intencionais dessa classificação:

Portanto, é nossa tarefa histórica, e não apenas nossa, definir o que chamamos de opressão em termos materialistas, tornar evidente que as mulheres são uma classe. Isso significa dizer que a categoria “mulher” assim como a categoria “homem” são categorias políticas e econômicas e não categorias eternas. (WITTIG, 2019, p.88).

Entender as mulheres como uma classe, conforme defende a autora, é por consequência também entendê-las como indivíduos, já que uma classe é feita de indivíduos. Além de entender que a heterossexualidade compulsória serve apenas para justificar a opressão dos homens sobre as mulheres, apoiados na “diferença entre os sexos para justificar a opressão” (WITTIG, 2019). A autora defende ainda, que com base nessa reflexão, todas as opressões que as mulheres enfrentam são problemas de classe:

Mas depois de havermos mostrado que todos os pretensos problemas pessoais são de fato problemas de classe, ainda teremos diante de nós a questão do sujeito de cada mulher - não o mito, mas cada uma de nós. Nessa altura, digamos que uma nova definição pessoal e subjetiva para toda a humanidade só pode ser encontrada fora da categoria de sexo (mulher e homem), e que o advento de sujeitos individuais exige primeiro a destruição das categorias de sexo, o fim do uso dessas categorias e a rejeição de todas as ciências que ainda usam essas categorias como base (praticamente todas as ciências sociais). (WITTIG, 2019, p.91).

Amparada na teoria fenomenológica dos atos, Judith Butler (2019) aponta o gênero como a repetição estilizada de certos atos e não uma identidade imutável. Segundo a autora, o indivíduo nasce sujeito a ela de acordo com características biológicas, e, portanto, sujeito ao modo de tratamento que tal gênero desperta nas relações de poder em sociedade, ou que exista um jeito fixo para tratar esse ou aquele gênero:

Os gêneros são instituídos pela estilização do corpo e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial. Essa formulação retira a produção do gênero de um modelo essencial de identidade e a coloca em relação a uma certa temporalidade social. (BUTLER, 2019, p. 214).

E se o gênero não passa da repetição de papéis escolhidos, nada mais justo que essa interpretação cesse, ou que mudem os papéis escolhidos. Trago esta questão, porque das reportagens que analisarei o gênero das mulheres não será uma atribuição de seus corpos, mas de seu desejo e entendimento perante a vida

em sociedade. Butler relaciona Simone Beauvoir e Merleau-Ponty para explicar tal questão:

Tanto para Beauvoir quanto para Merleau-Ponty, o corpo é um processo ativo de incorporação de certas possibilidades culturais e históricas - um processo de apropriação complexo com o qual toda teoria fenomenológica de incorporação precisa lidar. Para descrever atribuído de gênero, as teorias fenomenológicas sobre formação precisam expandir a visão tradicional sobre a ação, propondo que todo ato produz significados ao mesmo tempo que performa esses significados (BUTLER, 2019, p. 215).

Butler (2019), apoiada no filósofo Maurice Merleau-Ponty, aponta o fenômeno do gênero como sendo nada além da interpretação teatral de papéis, papéis esses que são percebidos de acordo com o momento histórico em que tal representação é feita. Assim como os próprios papéis, e a atribuição de sentido que se dá a um corpo também dependem do momento histórico, daquilo que se convencionou como padrão, ou ainda da quebra desse padrão:

Quando afirma que o corpo é histórico, o filósofo quer dizer que um corpo ganha significado nas suas experiências com o mundo, mediadas por certa concretude e historicidade. (...) Existe um aspecto ativo que é entendido como o processo que determina quais são essas possibilidades e que, por sua vez, são limitadas pelas convenções históricas disponíveis. O corpo não é uma materialidade fatídica, terminada na sua própria imagem; ele é uma materialidade que carrega, pelo menos, certos significados, e esse carregar é fundamentalmente dramático. Por dramático, quero dizer que esse corpo não é apenas matéria, ele é uma materialização contínua e incessante de possibilidades. (BUTLER, 2019, p. 215,216).

A autora também aponta, uma das condições que podem ser primordiais para a violência experimentada por mulheres, homossexuais, transexuais e todas as pessoas que interpretam o papel do seu gênero de uma forma diferente da esperada pela sociedade atual. “Gêneros discretos são parte das exigências que garantem a “humanização” de indivíduos na cultura contemporânea; e aqueles que falham em fazer corretamente seus gêneros são regularmente punidos.” (BUTLER, 2019, p.217).

A violência, seja física, verbal e tantas outras, é amplamente praticada com as mulheres, tenham elas nascido com vulva ou não. A orientação sexual, a classe, a cor da pele, todos esses fatores são agravantes da dominação que culmina na violência, no capítulo a seguir discuto a violência praticada contra as pessoas que se identificam como mulheres.

## 2.2 Violências contra a mulher

Tocando no ponto da violência e fazendo a correlação com o gênero, Lourdes Maria Bandeira (2019) faz uma importante contribuição, ao argumentar que a violência ocorre justamente porque as pessoas, de posse de suas representações e papéis de gênero não se enxergam como iguais:

Ou seja, esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Ao contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, em que as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando a sua posição em relação àquela do núcleo familiar. (BANDEIRA, 2019, p.294).

Cabe esclarecer o uso que farei ao longo do presente trabalho, da expressão violência de gênero, para descrever as violências perpetradas contra mulheres, independentemente de como expressam a sua sexualidade ou ainda de que sexo são diante das convenções padrões deste tempo. Bandeira conceitua a expressão de forma coerente:

Em outras palavras, ao escolher o uso da modalidade violência de gênero, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, com cenários sociais históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. (BANDEIRA, 2019, p.294).

A autora destaca, ainda, o quanto a violência contra a mulher tornou-se uma pauta fundamental para o feminismo brasileiro. Através dessa pauta foi possível articular o diálogo entre a academia e a sociedade civil, a tal ponto que foram criados grupos de atendimento às mulheres vítimas de violência, através das organizações não governamentais, e, no âmbito público, foram criadas as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), e finalmente a Lei Maria da Penha, que em agosto próximo completa 15 anos desde que foi sancionada.

Mulheres geralmente não são mortas em assaltos ou brigas de gangues, são mortas por seus companheiros, pais, familiares, amigos, ou por estranhos, que

assim como os demais supõe ter controle sobre o corpo e a vida delas. Como se a elas não coubesse o poder de escolha sobre seus próprios destinos. Conforme explica Woitiwicz (2006, p. 3):

O tema da violência contra a mulher virou praticamente sinônimo de violência doméstica. No entanto, apesar das inúmeras campanhas sobre a violência, as estatísticas continuam a aumentar, revelando um cenário que soma cada vez mais vítimas, a grande maioria formada por mulheres. Com isso, reforça-se uma representação de gênero que costuma tomar como símbolo de virilidade a agressividade masculina, ao mesmo tempo em que preserva a condição de vítima atribuída às mulheres.

E é a partir da presença das mulheres nessa categoria de vítimas, como apontou a autora, que se segue o próximo capítulo. Onde, com base na teoria da dominação masculina de Pierre Bourdieu (2002) a condição de inferioridade “natural” da mulher perante o sexo oposto, é explicada.

### 3 NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Neste capítulo vamos explorar a questão da violência contra as mulheres, partindo da violência simbólica e de todos os comportamentos que em nossa sociedade reforçam a dominação masculina, e sua consequente ascendência sobre as mulheres, seus corpos e seus direitos. Quem explica esse conceito, fala de suas origens, processos e definições é Pierre Bourdieu (2002), na obra *A Dominação Masculina*:

(...) condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas (...). (BOURDIEU, 2002, p.4)

Essas violências as quais se refere Bourdieu (2002) são parte da lógica da dominação. Para o autor, essa dominação ocorre à revelia da vontade das dominadas (mulheres) e em muitos casos, também, dos dominantes (homens). Ambos reproduzem comportamentos, crenças e atitudes que estão postos há muito tempo antes do seu nascimento, e eles, reproduzem, chancelam, justificam, naturalizam esse comportamento. Além da violência física, pois ela é a face mais assustadora e desumana de uma lógica presente no nosso estilo de vida, é uma linguagem própria entre dominadas e dominantes, que ambos falam perfeitamente ainda que despedace a vida das primeiras. (BOURDIEU, 2002).

Para entender o fenômeno da “dominação masculina” é preciso questionar até mesmo os corpos e a forma como os enxergamos.

(...) que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como habitus sexuais), como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa. (BOURDIEU, 2002, p. 6).

Já trouxemos, neste mesmo trabalho, nas palavras de Wittig (2019, p.85), que os gêneros são arbitrariamente definidos a partir de uma visão externa aos corpos, e é justamente essa visão que Bourdieu (2002) chama de “a socialização

do biológico”, na citação acima. Contudo, o autor trata das implicações que a interpretação a partir da biologia dos corpos traz para a realidade e para a convivência entre as pessoas na sociedade. Ele vai mais longe e convoca para uma revolução no estudo da história das “mulheres”:

Essa revolução no conhecimento não deixa de ter consequências na prática e, particularmente, na concepção das estratégias destinadas a transformar o estado atual da relação de forças material e simbólica entre os sexos. Se é verdade que o princípio da perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou pelo menos principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica, sobre a qual um certo discurso feminista concentrou todos os olhares, mas em instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado (...). (BOURDIEU, 2002, p. 7-8).

Bourdieu (2002) afirma, criando polêmica, que até mesmo movimentos que tentam combater a dominação sobre a mulher, há estratégias que podem corroborar e perpetuar alguns princípios da dominação. O autor exemplifica que alguns movimentos se dedicaram a intervir dentro dos lares (segundo pesquisas um dos lugares em que as mulheres sofrem maior quantidade de violência), lugar que apesar de exigir ações urgentes para defender as mulheres das agressões daqueles que deveriam ser seus companheiros (maridos, namorados) e guardiões (progenitores e figuras paternas), ela começa dentro do que é público, a partir de políticas do Estado, Escola e Igreja, para só então se impor nos círculos privados. Para Bourdieu (2002) a violência é elaborada nos círculos públicos e a partir daí é imposta por meio de princípios que são reproduzidos nos lares.

A elaboração da dominação masculina sobre a mulher tem seu alicerce na dualidade opositiva, em relações pré-existentes como alto/baixo, reto/curvo e extrapola o olhar dicotômico para os corpos. A violência é um dos produtos desses olhares, pois as diferenças naturalizam as relações de força, afinal se a um cabe o adjetivo forte, o outro lado fica com o fraco, e nada mais “natural” que o forte domine o fraco e imponha o seu desejo (BOURDIEU, 2002).

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de um modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos

e cósmicos. Assim, não vemos como poderia emergir na consciência a relação social de dominação que está em sua base e que, por uma inversão completa de causas e efeitos, surge como uma aplicação entre outras, de um sistema de relações de sentido totalmente independente das relações de força. (BOURDIEU, 2002, p.13-14).

Bourdieu (2002), ao falar que essas relações de sentido são independentes das relações de força, pontua que as relações de força não são as responsáveis por tais relações de sentido, pois essas vêm antes e justamente naturalizam a dominação. Atento para esse, como ponto central de como tudo começa, e de como fica intrinsecamente conectado a realidade diária, de modo que realmente pareça natural que homens dominem mulheres.

A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (...), funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2002, p. 14).

O mecanismo de efeitos simbólicos se transforma num processo capaz de se impor sobre a vida das pessoas e o contexto social que passa a moldar os corpos, suas significações e movimentos. A dominação masculina se torna aos olhos tão natural que ela dispensa justificativas no dia a dia, ela apenas é. Segundo Bourdieu (2002), com essa naturalização ela se expande por todas as áreas das vidas das dominadas e dos dominantes, na divisão social do trabalho, na estrutura do espaço a até mesmo na estrutura do tempo. A dominação tem princípios que se impõem sobre as mulheres em cada uma dessas instâncias. Todos esses efeitos simbólicos são alicerçados na natureza, na física das coisas que nascem e morrem e na natureza subjetiva daquilo que foi imposto socialmente, mas que é aceito e reproduzido como natural.

Outra questão importante abordada pelo autor é o uso da linguagem como efeito de dominação do masculino sobre o feminino, algo incorporado pelo cotidiano e que afeta as relações sociais. “Muitas vezes já se observou que, tanto na percepção social, quanto na linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado, de certa forma neutro, ao contrário do feminino, que é explicitamente caracterizado.” (BOURDIEU, 2002, p. 15). Dessa forma, se a linguagem, que é a base das nossas relações em todas as instâncias - seja escrita, falada, percebida -

é um exemplo diário da dominação, ela se transforma, também, em mais uma das tantas ferramentas à disposição dos dominadores para perpetuar essa condição.

Cabe ressaltar, também, que as diferenças fundamentais fabricadas entre os corpos, são mais uma justificativa para dominação. Numa relação que se retroalimenta, em que as diferenças alicerçam, justificam e garantem a continuidade da dominação. Para Bourdieu (2002, p. 17):

Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas.

A dominação se ramifica em outras tantas questões que observamos diariamente, e que em algumas sociedades ainda justifica a prática da violência física, como a virilidade e a defesa da honra. Ela, como observa Bourdieu (2002) tem o aspecto ético e físico associados e desde a mais tenra idade os homens são instigados a defendê-la. Já nos deparamos com casos famosos, em que a defesa da honra justificou, perante a opinião pública o crime do agressor, como o assassinato de Ângela Diniz<sup>3</sup>. A socialite foi assassinada pelo então companheiro Doca Street. Que ao defender-se no julgamento montou uma estratégia de defesa da honra, que colocou Ângela como a mulher fatal, e segundo a qual Doca só a matou pois enlouqueceu de tanto amor.

Para Bourdieu (2002), as diferenças evocadas na objetividade para justificar as diferenças impostas aos corpos em uma sociedade androcêntrica como a nossa são inúmeras, as vezes sutis e em outras nem tanto, mas é de suma importância ao desenrolar deste trabalho que estejamos atentos a elas. Dessa forma, é a partir da análise sutil do que dizem as matérias, ou do que elas não dizem, que podemos observar a dominação sobre a vida das mulheres, justificada e chancelada por aqueles que têm o papel de construir a realidade, os/as jornalistas.

---

<sup>3</sup> Matéria *Doca Matou Ângela e abalou país: lembre caso que inspira "Coisa mais Linda"*. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/16/coisa-mais-linda-faz-referencia-a-doca-street-relembre-o-caso.htm>>. Acesso em: 17, abril de 2021.

Nessa concepção de dualidade e de efeito de oposição, por um lado os homens são instigados a mostrar a sua virilidade, por outro as mulheres a serem castas; homens defloram, mulheres guardam a sua “flor” para o homem certo; os homens preenchem, as mulheres são preenchidas – e aqui cabe refletir sobre os homens estarem cheios de coisas para dizer, de ensinamentos para compartilhar, e as mulheres como grandes cálices vazios esperando para serem preenchidas de sabedoria, e por isso são interrompidas tantas vezes ao tentar explicar algo, afinal, elas precisam ouvir e não falar; pensando nos órgãos sexuais, o pênis fica ereto, proeminente, a vagina só é bonita quando guardada, escondida. Essas são apenas algumas das possibilidades de observação cotidiana, propostas pelo autor ao exemplificar os efeitos da dominação masculina. (BOURDIEU, 2002).

Essas relações antagônicas são fortes na comparação entre os gêneros. Mulheres, durante certo período histórico, foram vistas somente como o oposto dos homens, incluídas nessa dualidade as questões relativas aos órgãos genitais, reduzindo a diferença entre gêneros às questões biológicas.

Esse sistema de oposições e comparações sobre os órgãos genitais, sobre os corpos e os gêneros, são usados como mais uma forma de fundamentar o discurso moralista biologizante. Segundo Bourdieu (2002, p. 21) “tentam encontrar no corpo da mulher a justificativa do estatuto social que lhes é imposto”. O que chama mais atenção é o quanto essas divisões estão presentes na vida em sociedade. Ainda que atualmente, seja cada vez mais comum que as pessoas se identifiquem com gêneros fluidos (não havendo a necessidade de filiação ao feminino ou ao masculino), elas continuam a enfrentar a incompreensão e o julgamento daqueles que ficam apegados às características comparativas entre os gêneros. Contudo, podemos entender que a forma como olhamos para as diferenças biológicas são construídas com base em um pensamento androcêntrico enraizado que nos impinge a superioridade de um gênero sobre o outro e se retroalimenta cotidianamente sem qualquer intenção de mudança, influenciando em cada aspecto da vida em sociedade.

Essas diferenças biológicas que foram moldando os corpos sociais nos deixam perceber que é “natural” os homens ser impuros, mas mulheres devem ser sempre puras, que os homens devem ser abertos e expansivos, mas as mulheres devem ser fechadas e tímidas. Bourdieu (2002) aponta que um conjunto de signos podem simbolizar essas situações, sobre os signos que simbolizam isso:

A cintura é um dos signos de fechamento do corpo feminino, braços cruzados sobre o peito, pernas unidas, vestes amarradas, que, como inúmeros analistas apontaram, ainda hoje se impõe às mulheres nas sociedades euro-americanas atuais. Ela simboliza a barreira sagrada que protege a vagina, socialmente constituída em objeto sagrado, e portanto submetido, como demonstra a análise durkheimiana, a regras estritas de esquivança ou de acesso, que determinam muito rigorosamente as condições do contato consagrado, isto é, os agentes, momentos e atos legítimos ou, pelo contrário, profanadores. (BOURDIEU, 2002, p.22).

Esse controle da cintura por muito tempo pode ser observado nos espartilhos apertadíssimos que as mulheres usavam, que além de assegurar que elas fossem pequenas (menores) ainda limitava seus movimentos. Segundo Bourdieu (2002) ainda pode ser observado nas roupas que as mulheres usam atualmente, como calças jeans justas e sem bolsos (afinal o que precisaria uma mulher carregar?) que limitam os movimentos, vestidos apertados, saias justas que cobrem os joelhos - pois é preciso resguardar a sua castidade. Por outro lado, mulheres que de alguma forma usem roupas que fujam a esse padrão casto e de resguardo do seu 'bem mais sagrado' podem ver em suas roupas a justificativa para que violências físicas sejam cometidas contra elas, como a famosa frase cunhada pelo senso-comum "também com essa roupa, ela tava pedindo". Tal frase por vezes é empregada para falar de mulheres com saias curtas, roupas decotadas e posturas pouco tímidas, que falam alto e usam palavras chulas para se expressar – posturas que são consideradas impróprias para mulheres "ditas" de respeito, posicionamento que se expõe a partir de visões antagônicas entre os gêneros.

Essa sexualização da genital feminina e o seu apagamento em contextos que não devem ser sexuais pode ser observado nas comuns relações diárias, como uma ida ao médico.

Como se se tratasse de neutralizar simbólica e praticamente todas as conotações potencialmente sexuais do exame ginecológico, o médico se submete a um verdadeiro ritual visando a manter a barreira, simbolizada pela cintura, entre a pessoa pública e a vagina, jamais vistas simultaneamente: em um primeiro momento, ele se dirige a uma pessoa, face a face; a seguir, após a pessoa ter-se despido passa a ser examinada, em presença de uma enfermeira, ele a examina, deitada e recoberta por um lençol que lhe cobre a parte superior do corpo, observando a vagina como algo dissociado da pessoa e, por tal, reduzida à condição de coisa, em presença da enfermeira, a quem ele faz suas observações, falando da paciente em terceira pessoa; enfim, em um terceiro momento, ele se dirige novamente à mulher, que já se vestiu de novo fora de seus olhares. (BOURDIEU, 2002, p. 22).

Aqui é válido refletir que quando precisamos praticar o apagamento da sexualidade para não constranger, o contrário também é verdadeiro. Então ao sair do consultório, o órgão sexual feminino volta a ser “sagrado”, mas também uma parte a ser consumida, um signo exclusivamente dedicado a reprodução e ao regozijo masculino, conforme a vontade do homem que o possui - já que o sexo da mulher é sagrado e gerador de vida, ele só pode ser doado, e não comercializado, constituindo-se assim em mais uma forma de controle e dominação.

No capítulo subsequente uma construção com teóricos que evidenciam o papel do jornalismo como agente construtor da realidade social.

## 4 JORNALISMO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Neste capítulo pretendo tensionar as teorias que abordam o trabalho do/da jornalista e seu papel na comunicação frente à construção da realidade. A começar pela noção de que a mídia não somente relata os acontecimentos, conforme Hall et al. (1999, p. 224):

Os *media* não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são por si só “naturalmente” noticiáveis. As “notícias” são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.

Como aponta o autor, as notícias são construídas a partir de cuidadosa seleção feita pelos profissionais do jornalismo, e não ao acaso dentre os acontecimentos diários. Os valores-notícia são uma das formas de selecionar qual acontecimento vira notícia e qual não vira.

Para os nossos propósitos presentes, contudo, basta dizer que os valores-notícia fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, editores e agentes noticiosos decidir rotineira e regularmente sobre quais as “estórias” que são “noticiáveis” e quais não são, quais as “estórias” que merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes, quais são para publicar e quais as que são para eliminar. (NORDENSTRONG, 1972; BREED, 1955; Hall, 1975, Apud HALL et al., 1999, p. 225).

Essa seleção com base nos valores-notícia é realizada rotineiramente, e é a partir dela que os/as jornalistas escolhem quais histórias serão contadas pela mídia. Hall et al. (1999, p. 225) ilustra abaixo aquilo que geralmente é noticiado:

Desastres, dramas, os gestos do dia-a-dia - cômicos e trágicos - de pessoas vulgares, a vida dos ricos e poderosos, e temas tão perenes como o futebol (no Inverno) e o *cricket* (no Verão), todos eles encontram um lugar regular nas páginas de um jornal. Duas coisas resultam disso: a primeira é que o jornalismo tenderá a realçar os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos, etc., numa “estória” para reforçar sua notabilidade; a segunda é que acontecimentos que maior pontuação tenham num número destes valores-notícia terão maior potencial noticioso do que outros.

Com frequência as notícias não se encaixam em apenas um valor-notícia, mas como os autores relatam, “pontuam” entre vários. E quanto maior o número de

valor-notícia num acontecimento mais noticiável ele se torna. Traquina aponta os valores-notícia como a perspectiva pela qual os/as jornalistas enxergam o mundo.

Os valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham. Servem de óculos para ver o mundo e para o construir. Sublinhamos, como o historiador Mitchell Stephens, as “qualidades duradouras” do que é notícia ao longo do tempo: o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade. (TRAQUINA, 2008, p. 94-95).

Os valores-notícia são inúmeros e variáveis, e podem ser esses que o autor citou: o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade, mas também podem mudar conforme o período histórico em que a notícia é produzida.

As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional. (TRAQUINA, 2008, p. 95).

Como o autor afirma, para que o/a jornalista entenda se um acontecimento é de fato noticiável é preciso que ele/ela tenha uma compreensão ampla da realidade ao seu redor, das relações sociais do seu próprio tempo. Pois aquilo que é atrativo para o público em 1960 pode já não despertar interesse, por exemplo, na geração *millenial* em 2021. Segundo Hall et al. (1999) para que um acontecimento vire notícia além de ser fora “do normal” ele também precisa ter um significado que possa ser compreendido pelos leitores:

As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da “desordem” - devem ser trazidos aos horizontes do “significativo”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está “traçado”. (HALL et al., 1999, p. 226).

Os “mapas de significado”, a qual se referem os autores, são as referências sobre as quais os/as jornalistas se apoiam para serem entendidos pelo público, são os códigos e suposições que tornam as reportagens entendíveis pelos leitores. “Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social -

constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona.” (HALL et al., 1999, p. 226).

Esse “mapa de significado” é uma espécie de mapa da vida em sociedade e dos acordos e entendimentos tácitos. Nele está presente tudo aquilo que entendemos como possível na nossa sociedade, e é a partir dele que os/as jornalistas trazem significado para as notícias.

Um tal assunção de fundo constitui a natureza *consensual* da sociedade, o processo de significação - dando significados sociais aos acontecimentos – *tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um “consenso”*. Existimos como membros de uma sociedade porque - é suposto – partilhamos uma quantidade de comum de conhecimentos culturais com os nossos semelhantes; temos acesso aos mesmos “mapas de significados”. (HALL et al., 1999, p. 226).

Por meio do uso do mapa de significados, comum tanto à mídia quanto às pessoas, alicerçado nele e ampliando-o é que os/as jornalistas constroem a realidade.

Porque ocupamos a mesma sociedade e pertencemos mais ou menos à mesma “cultura” supõe-se que haja, basicamente, uma única perspectiva dos acontecimentos: a que é fornecida por o que é algumas vezes chamada a cultura, ou (por alguns sociólogos) o “sistema central de valores”. Esta perspectiva nega quaisquer discrepâncias estruturais importantes entre diferentes grupos, ou entre os mapas de significado muito diferentes numa sociedade. Este ponto de vista “consensual” tem consequências políticas importantes, quando usadas como uma base e dada como adquirida por toda a comunicação. (...) Os pontos de vista “consensuais” da sociedade representam-na como se não existissem importantes rupturas culturais ou económicas, nem importantes conflitos de interesses entre classes e grupos. (HALL et al., 1999, p. 226-227).

O mapa de significados, conforme o autor acima, parte da ideia de que há uma só perspectiva em andamento, sendo relatada na mídia e decodificada pela sociedade. Essa perspectiva única acaba por ignorar toda e qualquer ideia conflitante a isso, bem como grupos menores e desorganizados, que tenham pensamentos diferentes da teoria corrente. Esses grupos são ignorados pois a principal voz é a dos definidores primários, e a partir dela muitas possibilidades se encerram, já que não parecem capazes de coexistir com o sistema de valores dominante.

A construção da realidade, a partir do mapa de significados, pode ser bastante limitante, ao considerar pontos de vista “consensuais” como se não existissem inúmeras diferenças e necessidades conflitantes entre grupos distintos de pessoas na sociedade, com implicações e desdobramentos distintos dos acontecimentos em suas realidades. Usando como exemplo a própria pandemia do coronavírus, uma notícia que fala sobre ficar em casa e fazer isolamento, tem um significado distinto para quem consegue trabalhar remotamente sem nenhuma perda financeira e para quem depende de transporte público para se locomover até empregos que são essencialmente presenciais.

Assim, o delineamento, por parte dos *media*, de acontecimentos problemáticos dentro dos acontecimentos convencionais da sociedade é crucial de duas maneiras. Os *media* definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos. (HALL et al., 1999, p. 228).

Quando se fala em construção da realidade por parte da mídia, a forma como isso é feito fica aparente quando os meios definem para a população - por meio do enquadramento e do significado que atribuem a notícia - como ela deve ser lida e interpretada, além de dizer quais são os acontecimentos dignos de serem noticiados.

Segundo Hall et al. (1999), essa construção da realidade geralmente corrobora com o que já vem sendo praticado. Pois, geralmente, a versão que está presente nas notícias é aquela dos órgãos oficiais, ainda que durante o texto ela seja contextualizada, é ela quem dá o tom da matéria: o que a polícia disse, o que o hospital disse, o que o governo disse, etc.

Estes dois aspectos de produção jornalística (as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade – combinam-se para produzir um *exagerado acesso* sistematicamente estruturado aos *media* por parte do que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. (...) O resultado desta preferência estruturada da pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de *definidores primários* (*primary definers*) de tópicos. (HALL et al., 1999, p. 229).

Para os autores essa preferência por acessar os “definidores primários” se deve às pressões que os/as jornalistas enfrentam com prazos e para serem

imparciais. Em tese, ouvindo as fontes oficiais, e não essa ou aquela pessoa, os/as jornalistas teriam resguardada a sua imparcialidade, contudo, ao escolher justamente dar voz aos definidores primários e contar as histórias com o enquadramento que eles propõem, os *media* fazem uma escolha, a de seguir expondo o pensamento da classe dominante como o correto e verdadeiro.

É esta relação estruturada – entre os *media* e as suas fontes “poderosas” – que se começa a esclarecer a questão negligenciada do *papel ideológico* dos *media*. É isto que começa a dar substância e especificidade à afirmação básica de Marx de que “as ideias dominantes de qualquer época são ideias da classe dominante”. A argumentação de Marx é que a preponderância das “ideias dominantes” funciona primariamente porque, além da sua detenção e controlo dos meios de produção materiais, esta classe também possui e controla os meios de “produção mental”. Ao produzir a sua definição de realidade social, e o lugar do “cidadão comum” dentro dela, eles constroem uma imagem particular da sociedade que representa interesses de classe específicos como os interesses de todos os membros da sociedade. (HALL et al., 1999, p. 230).

Ao produzir matérias que tenham como fonte principal os definidores primários a mídia contribui com um cenário em que as classes dominantes atuam como detentoras do poder, não só dos meios de produção, mas também dos meios de comunicação, e esses noticiam a narrativa que convém a elas. Ainda assim, os/as jornalistas podem desempenhar um papel social mais ativo, por meio da emissão de opiniões, como por exemplo, em editoriais:

Em qualquer das formas de editorial, os *media* estabelecem uma ponte de mediação crucial entre o aparelho de controlo social e o público. A imprensa pode legitimar e reforçar as ações dos controladores trazendo os seus próprios argumentos independentes para influenciar o público na defesa das ações propostas (usando um idioma público); ou pode fazer pressão sobre os controladores incitando a “opinião pública” a apoiar os seus próprios pontos de vista de que “são necessárias medidas mais fortes” (tomando a voz do público). (HALL et al., 1999, p. 234).

Quando os/as jornalistas além de reproduzir os acontecimentos em notícias, também elaboram opiniões sobre eles, podem atuar influenciando a opinião pública, seja a favor dos defensores primários e suas propostas, seja pressionando-os e assumindo a voz da população em alguma questão. E esse é um papel importantíssimo da mídia, ao participar de forma ativa do processo de formação da opinião pública.

Em sociedades onde o grosso da população não tem acesso directo nem poder sobre as decisões centrais que afectam as suas vidas, onde a política oficial e opinião estão concentradas e a opinião popular está dispersa, os *media* desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as acções e perspectivas dos poderosos. (HALL et al., 1999, p. 234).

A mídia tem um papel ativo na formação da opinião pública, por meio da contextualização das notícias e da emissão de opiniões a respeito delas, os/as jornalistas têm a capacidade de influenciar a opinião do público sobre um fato e até mesmo dizer sobre quais fatos o público deveria pensar. No entanto, quando a mídia tem essa capacidade de formar a opinião pública, somada a prática de noticiar os acontecimentos a partir de ponto de vista central dos definidores primários, isso torna especialmente difícil para grupos menores e por vezes não tão organizados - como as fontes oficiais - de conseguirem acessar os meios de comunicação e terem voz para denunciar aquilo que lhes acontece:

Assim, os media ajudam a reproduzir e a manter definições da situação que favorecem os poderosos, não só recrutando activamente os poderosos nas etapas iniciais onde os tópicos são estruturados (Hall, 1975) mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio. Muitas destas formas estruturadas de comunicação são tão comuns, tão naturais, tão dadas como adquiridas, tão profundamente embutidas nas próprias formas de comunicação que são utilizadas, que são dificilmente visíveis, como construções ideológicas, a não ser que se pergunte deliberadamente: “Que mais poderia ser dito deste tópico, que não tenha já sido dito? “Que questões se omitiram?” “Porque é que as perguntas – que pressupõem sempre respostas de determinada natureza – reincidentem tantas vezes nesta forma? Por que é que certas questões nunca aparecem?” (HALL et al., 1999, p. 236).

De tanto praticar silêncios sobre as questões de grupos menores e desorganizados demais para serem capazes de pautar as notícias como definidores primários, o natural passa a ser não falar sobre as lutas dos invisibilizados. Ao fazer isso uma matriz ideológica clara passa a ser adotada pela mídia, que narra as histórias dos privilegiados em detrimento de tantas outras formas de olhar e de falar sobre um mesmo assunto, com isso certas questões não aparecem na mídia, nunca são propostas aos olhos do grande público, e práticas opressoras e por vezes preconceituosas são endossadas, ao serem vulgarizadas pelo uso cotidiano dos/das jornalistas.

#### 4.1 De acontecimentos às notícias

As notícias que os/as jornalistas escrevem surgem de acontecimentos da vida cotidiana, acontecimentos menos ordinários do que a maioria, que por esse – e outros motivos – se tornam notícias na mídia. “À pergunta “o que é notícia?” podemos responder que a resposta dos membros da tribo jornalística não é científica, aparece como instintiva, e permanece quase como uma lógica não explicitada. (TRAQUINA, 2008, p. 96).

Contudo, é possível traçar alguns paralelos a respeito de como simples acontecimentos se tornam notícias e outros não. A justificativa vem nas palavras Edgar Morin (1969, p. 225 Apud ALSINA, 2009, p. 43):

A justificativa vem nas palavras Edgar Morin (1969: 225): “o acontecimento deve ser concebido, em primeiro lugar, como uma informação; isto é, um elemento novo que chega de repente no sistema social [...] o acontecimento é justamente o que nos permite compreender a natureza da estrutura e o funcionamento do sistema”.

O autor aponta os acontecimentos essencialmente como informações que ajudam a compreender partes da vida em sociedade e seus sistemas. Conforme Alsina (2009, p. 44) é na relação com o sistema que os acontecimentos ganham significado: “Então, quando estudo a natureza do acontecimento, posso constatar suas inter-relações com o sistema que lhe dá o sentido.”

Na passagem do acontecimento para a notícia, a primeira diferenciação que faço é que o acontecimento é um fenômeno de geração do sistema. Dentro das técnicas do jornalismo, às vezes, tem sido simplificado excessivamente a passagem do acontecimento para a notícia (GAILLARD, 1972: 25-33). Esse erro deve-se ao fato de que esse fenômeno da geração do sistema conceitua-se de um ponto de vista somente mecânico. Da minha parte, relacionei o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção da construção da realidade, como produção de sentido através da prática produtiva e das rotinas da organização da profissão jornalística. Portanto, a concepção dessa construção da realidade vai variar segundo o caráter que lhe for dado à própria realidade social. (ALSINA, 2009, p. 45).

Como afirma o autor, a passagem de um acontecimento à notícia não é algo simples, como pode parecer, ou mecânico. Ele explica que essa transição se justifica pela própria construção da realidade, que dá ela mesma sentido à notícia

criada. Para Alsina (2009, p. 46) “a mídia é quem cria a realidade social”. Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídas através da sua realidade discursiva. Portanto, o processo de construção da realidade social, depende da prática produtiva do jornalismo.

A prática de conversão dos acontecimentos em notícia por parte dos/das jornalistas é o processo ativo pelo qual se dá a construção da realidade social.<sup>4</sup>A relação que se estabelece entre jornalistas e o público destinatário, conforme o autor, é um contrato:

Portanto, essa relação entre o jornalista e seus destinatários estabelece-se por um contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido. Os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através de implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel social. (ALSINA, 2009, p. 47).

Conforme Alsina (2009), a prática da construção social da realidade por parte dos/das jornalistas é historicamente reconhecida, através da relação entre jornalistas e destinatários, uma relação prática e contínua. Mas essa relação só perdura e tem sentido para ambas as partes se for baseada na credibilidade dos/das jornalistas. Para o autor, nas democracias e apesar da institucionalização do papel do jornalista, a mídia precisa garantir sua credibilidade e para renovar, também, esse contrato pragmático fiduciário. “A informação da mídia precisa de confiança dos seus leitores, porque o discurso informativo deve gozar de credibilidade”. (ALSINA, 2009, p. 48).

A narrativa dos meios de comunicação só consegue construir a realidade de modo efetivo caso o contrato que prevê que a população crê que aquilo que é dito nos meios de comunicação é a verdade, se mantenha. Por isso a busca dos/das jornalistas para manter sua credibilidade é tão importante. E os acontecimentos são a gênese dessa credibilidade:

---

<sup>4</sup> Além da ação pessoal dos/das jornalistas existem fatores que contribuem para o condicionamento da prática jornalística, que são as os constrangimentos organizacionais. Segundo Mozahir Salomão Bruck (2009), os constrangimentos organizacionais mais comuns são: o pouco tempo para elaborar as reportagens; a necessidade de adaptar-se a ideologia do veículo em que trabalha; o constrangimento subjetivo com relação a sua percepção sobre o significado das palavras objetividade e imparcialidade sobre o seu trabalho; e as imposições de edição com relação a linguagem. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/268>. Acesso em 26 de julho de 2021.

Muito pelo contrário, por uma parte, os acontecimentos transmitem o imaginário coletivo: as emoções, os hábitos, as representações etc. (...) De alguma forma, os acontecimentos vão definir uma sociedade. O sistema de valorização do acontecer vai ficar implícito na transmissão de determinados acontecimentos. Quais são os valores que têm de ser respeitados para a viabilização da realidade? (...) Os acontecimentos serão a imagem que a própria sociedade vai oferecer sobre si mesma, e sobre as outras sociedades, e por sua vez, cada sociedade vai definir o que é acontecimento, e como estabelecer implicitamente os parâmetros para a conseqüente transcendência social. (ALSINA, 2009, p. 131).

Os acontecimentos, ao se transformarem em notícias, são o que conecta a vida das pessoas, seus hábitos e emoções, com a realidade construída a partir da produção jornalística.

No próximo capítulo abordo a definição do tipo de pesquisa e o percurso metodológico com as reportagens a serem analisadas, as categorias e subcategorias de dados compilados e a qualificação das descobertas.

## 5 PESQUISA QUALITATIVA E PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia escolhida para realizar a análise foi a pesquisa qualitativa. Por meio dessa análise busco identificar o teor ideológico dos signos contidos no texto e a forma como eles naturalizam, ou não, a violência contra a mulher, a partir de como são retratados os agressores e as vítimas em cada um dos casos escolhidos.

A pesquisa qualitativa surge para investigar os comportamentos de consumo no final dos 80 na França, conforme aponta Alami et al. (2010, p.16-17):

O desenvolvimento, em particular, do consumo de massa, fez explodir o volume dessas demandas. Depois de uma fase de estudos principalmente quantitativos, uma demanda de pesquisas qualitativas surgiu na França ao fim dos anos 1980. (...) As pesquisas qualitativas permitem apreender de forma mais refinada as diferenças entre o que os consumidores dizem, pensam e fazem.

As pesquisas qualitativas buscavam identificar a diferença de comportamento entre as pessoas, inicialmente em seus movimentos de aquisição de bens. Esse tipo de pesquisa, atualmente, tem três especificidades de abordagem, como indicam Alami et al. (2010). A primeira, é que a pesquisa qualitativa é uma explicação para a dinâmica da coação social.

Nesse contexto de abordagens qualitativas, a causalidade não desaparece, mas se revela de outra ordem do que na causalidade estatística: ela remete a uma identificação das coações ou das potencialidades que existem no sistema de ação – familiar, amical, profissional – onde estão inseridos os atores considerados nas escalas meso e microsociais.

Por meio da análise qualitativa é possível investigar as motivações das pessoas ao viver em sociedade, suas escolhas em todos os âmbitos, o modo como se comportam, extrapolando os comportamentos de consumo.

A segunda especificidade é a pertinência metodológica com relação aos objetivos de descoberta durante a pesquisa e da questão a ser abordada. Conforme aponta Alami et al., 2010, p. 19:

Não obstante, os métodos qualitativos apresentam um espectro de utilização ao mesmo tempo mais específico e relativamente mais amplo: eles são empregados como métodos exploratórios de um fenômeno social emergente – uma nova tecnologia, um novo costume, um novo imaginário societário -, como métodos criativos em um processo de inovação

empreendedora, como meio concreto de ilustração de uma pesquisa quantitativa – por intermédio, por exemplo, de transcrições que ilustram e corporificam os números -, como fase preparatória para a elaboração de um questionário quantitativo, ou ainda como preparação à ação e à solução de problemas, quer se trate de assembleias de cidadãos, seminários em administração ou de motivação de empregados.

A grande variedade de possibilidades de uso do método qualitativo de pesquisa para a exploração do surgimento de fenômenos pontuais o torna bem abrangente e possibilita o uso em vários contextos e aplicações, podendo ser empregado como método exploratório, método criativo, meio concreto de ilustração, fase preparatória do método quantitativo, entre outros.

Com essa grande variedade de usos a pesquisa qualitativa é capaz de elucidar vários aspectos da dinâmica da vida em sociedade, a partir de uma análise que vai além da quantitativa ao considerar os desejos e intenções dos atores a partir das práticas comuns a cultura em que estão inseridos. Conforme Alami et al. (2010) a pesquisa qualitativa permite revelar dimensões que não são diretamente visíveis mediante abordagens quantitativas, como:

(...) a diversidade das práticas sociais, a mobilidade das fronteiras entre as etapas do ciclo de vida de acordo com as culturas ou segundo as gerações, os mecanismos estratégicos das relações de poder ou de cooperação entre atores, a dinâmica social da construção identitária, as disputas de poder e as negociações relativas à divisão sexual das tarefas no ambiente doméstico ou profissional. (ALAMI et al., 2010, p. 19).

Dessa forma, para o autor, o método de pesquisa qualitativo é mais adaptável às situações sociais do que o método puramente quantitativo. No caso específico dessa pesquisa, interessa perceber as questões relativas à violência contra as mulheres. A terceira especificidade da pesquisa qualitativa é a observação microssocial do contexto em que os objetos estão inseridos. Assim “um Método em Ciências Humanas e Sociais jamais será completamente autônomo em relação a seu contexto social de produção, de uso e de recepção” (ALAMI et al., 2010, p. 29). Sua pertinência é relativa ao ponto de vista escolhida pelo observador.

Essa possibilidade de observar profundamente contextos específicos é um ganho importante, pois esse tipo de análise prescinde dos dados e observa diretamente os atores da realidade. Dessa forma é possível captar motivações e a construção das atuações em pequenas esferas da sociedade.

Os imperativos da pesquisa qualitativa, como apontam Alami et al. (2010) são dois: uma estratégica compreensiva e passar de uma hipótese para a prática.

Para que se possa “ver” algo, será necessário explorá-los, analisá-los, impregnar-se dos mesmos e, depois, distanciar-se deles. Para tanto, o método supõe que se opere um recorte particular do ambiente social. Ele não procura apreender toda a realidade social de uma vez só; ele busca oferecer um ponto de vista móvel, que alterna os pontos de vista em função das escalas de observação escolhidas. (ALAMI et al., 2010, p. 31-32).

Ao fazer a pesquisa qualitativa de um recorte do ambiente social, portanto um objeto vivo e em transformação, é preciso ter uma abordagem flexível, capaz de mudar o modo de coleta de dados conforme os atores do contexto observado.

O segundo imperativo para realizar a pesquisa qualitativa, como apontam Alami et al. (2010) é passar de uma hipótese com a qual se começa a análise, e a partir da coleta de dados integrar à prática do contexto social analisado. “Em nossas pesquisas, nós buscamos tomar em consideração três instâncias clássicas da etnologia, as quais estruturam toda vida social e modelam as práticas: a instância material, a das relações sociais e as do imaginário” (ALAMI et al., 2010, p. 32). É preciso levar em consideração essas três instâncias, material, das relações sociais e do imaginário, pois essas três dimensões quando analisadas dão conta da realidade social, o que em última instância, é o objeto final da pesquisa qualitativa, independente da hipótese.

Por fim, um ponto importante é a técnica de coleta de informações a ser utilizada. São várias as possibilidades, desde entrevistas; narrativas de histórias de vida centrada num objeto de pesquisa; observação organizada de uma realidade; mesa-redonda, esse tipo de coleta é feito em grupo; e as técnicas visuais, que são filmes, fotografias, documentos conforme as possibilidades do objeto e servem para ilustrar, recordar, elucidar, produzir informações, entre outras. (ALAMI et al., 2010, p. 66-70). O estudo desenvolvido neste TCC adota como coleta de informações de matérias jornalísticas, narrativas documentais, que tratam sobre casos de violência contra mulheres.

## **5.1 O Percorso Metodológico**

Tendo como base a pesquisa qualitativa e como hipótese a naturalização da violência, tomo como referência a abordagem da mídia sobre os casos de violência

contra as mulheres. Os objetos escolhidos são cinco casos de violência física praticados contra mulheres, que tiveram uma repercussão relevante no cenário estadual e nacional. Escolhi duas reportagens para analisar de cada caso. Nessas matérias identifico os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico ao descrever as vítimas e os agressores, levando em consideração que o jornalismo é um dos atores que contribuem para a construção da realidade partilhada socialmente.

Entre os dias 01 de março e 11 maio de 2021, pesquisei no Google cada um dos casos a seguir e selecionei duas das reportagens mostradas pelo algoritmo, a partir da sua relevância. As reportagens não foram escolhidas a partir do tipo de veículo ou formato, sendo que todo o material estava disponível online. Isso significa, que o *corpus* foi composto por revistas, jornais e portais de notícias e as narrativas dos casos, a seguir levaram em consideração as pesquisas preliminares realizadas para compor o *corpus*.

### 5.1.1 Caso Eloá Cristina Pimentel

O primeiro caso identificado foi o de Eloá Cristina Pimentel, que aconteceu em 13 de outubro de 2008 até 17 de outubro de 2008. A pesquisa no *Google* foi com o termo “Eloá Cristina”, selecionada a opção “Notícias”, selecionada “Ferramentas”, “Pesquisar páginas em português” e “Período personalizado”, entre 01 de outubro de 2008 até 31 de outubro de 2008. A partir daí selecionei duas reportagens de veículos diferentes: uma do *G1* e outra da *Revista Época*:

Reportagem 1: ‘Agora eu sei do que ele é capaz’, diz Nayara sobre Lindemberg - *G1*. 31/10/08, atualizada no mesmo dia.

Reportagem 2: A história de um namoro trágico - *Revista Época*. 24/10/08, atualizada em 29/10/08.

O acontecimento, intitulado “Caso Eloá Cristina”, teve como vítima Eloá Cristina Pimentel, que junto com a amiga Nayara Rodrigues da Silva, ambas com 15 anos na época, foram feitas reféns pelo ex-namorado de Eloá. Os veículos de imprensa justificam o crime em função de Lindemberg Fernandes Alves, com 22 anos na época, não aceitar o fim do relacionamento. O crime aconteceu em São Paulo, no bairro Jardim Santo André, no apartamento de Eloá. As mulheres foram mantidas em cárcere privado sob a mira da arma de Lindemberg de 13 de outubro de 2008 até 17 de outubro de 2008. O fim do sequestro se deu a partir da invasão

do apartamento por policiais da Tropa de Choque da Polícia Militar e do GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais). Lindemberg, durante a invasão da polícia disparou e matou Eloá.

### **5.1.2 Caso Eliza Samudio**

O segundo caso escolhido é o de Eliza Samudio, que foi assassinada em junho de 2010. A pesquisa no *Google* foi com o termo “Eliza Samudio”, selecionada a opção “Notícias”, selecionada “Ferramentas”, “Pesquisar páginas em português” e “Período personalizado”, de 01 de junho de 2010 até 31 de dezembro de 2010. A partir daí selecionei duas reportagens de veículos diferentes: uma do *G1* e outra da *Revista Época*:

Reportagem 1: Menor diz em depoimento que ossos de Eliza Samudio foram concretados – *G1*. 07/07/10, atualizada em 21/07/11.

Reportagem 2: Bruno se entrega e é indiciado - *Tribuna do Norte*. 08/07/10.

O evento foi intitulado “Caso Eliza Samudio”. Eliza Samudio tinha 25 anos quando foi mantida em cárcere privado e assassinada, tendo seu corpo esquartejado e ocultado. O Crime ocorreu em um sítio (em Esmeraldas, interior de Minas Gerais) que pertencia ao ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, pai do filho de Eliza Samudio. O corpo da vítima nunca foi encontrado. Várias versões sugeriram durante a apuração do crime, entre elas de que o corpo dela foi jogado para os cachorros do sítio comerem após o esquartejamento e outra de que teve o corpo concretado. Além de Bruno, mais seis pessoas foram acusadas pelo envolvimento na morte da modelo e ocultação do cadáver: Luiz Henrique Romão, Marcos Aparecido dos Santos, Dayanne Rodrigues do Carmo Souza, Fernanda Gomes de Castro, Elenilson Vitor da Silva e Wemerson Marques de Souza.

### **5.1.3 Caso Débora Forcolen**

O terceiro é o caso de Débora Forcolen, que foi assassinada em junho de 2018. A pesquisa no *Google* foi com o termo “Débora Forcolen”. A partir daí selecionei duas reportagens de veículos diferentes: uma reportagem da *Gaúcha ZH* e uma do *Correio do Povo*.

Reportagem 1: Empresário réu por assassinato de jovem de 18 anos é solto em Porto Alegre – *Gaúcha ZH*. 22/10/19, atualizada em 23/10/19.

Reportagem 2: Jovem, de 18 anos, é morta por companheiro na zona Norte de Porto Alegre – *Correio do Povo*. 01/06/18, atualizada em 18/07/18.

Conforme as reportagens acima, Debora Forcolen foi assassinada com um tiro no rosto aos 18 anos, pelo então companheiro, Marcelo de Oliveira Bueno, de 37 anos, dentro da casa que dividiam na Zona Norte de Porto Alegre, no dia 31 de maio de 2018. O homem alegou que o tiro foi acidental e foi preso em flagrante pela Brigada Militar.

#### **5.1.4 Caso Tatiane Spitzner**

O quarto caso é o de Tatiane Spitzner, assassinada em julho de 2018. A pesquisa no *Google* foi com o termo “Tatiane Spitzner”. A partir daí selecionei duas reportagens de veículos diferentes: selecionei a reportagem do *G1* e uma do *Universa/UOL*.

Reportagem 1: Caso Tatiane Spitzner: Luis Felipe Manvailer é condenado a 31 anos de prisão por matar a esposa – *G1*. 10/05/21.

Reportagem 2: Caso Tatiane Spitzner: após abandono de advogados, novo júri será em maio – *Universa/UOL*. 17/02/21.

Conforme as reportagens acima, Tatiane Spitzner foi encontra morta após cair do quarto andar do apartamento em que morava com Luis Felipe Manvailer, seu companheiro e última pessoa a vê-la viva conforme as câmeras de segurança do prédio. O assassinato da advogada aconteceu em junho de 2018 em Guarapuava, no Paraná.

#### **5.1.5 Caso Elaine Caparroz**

O quinto caso é o de Elaine Caparroz, de fevereiro de 2019. A pesquisa no *Google* foi com o termo “Elaine Perez Caparroz”. A partir daí selecionei duas reportagens de veículos diferentes: selecionei a reportagem da *Folha Vitória/R7* e do *G1*:

Reportagem 1: Paisagista espancada diz que crime foi premeditado - *Folha Vitória/R7*. 13/03/20, atualizada no mesmo dia.

Reportagem 2: Paisagista espancada diz que pode ter sido alvo de vingança; ela deve prestar depoimento nesta segunda – G1. 25/02/19.

Conforme as reportagens acima, Elaine Perez Caparroz, é paisagista e foi espancada durante quatro horas, no dia 16 de fevereiro de 2019, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, por Vinicius Batista Serra, que foi preso em flagrante. Elaine passou por inúmeras cirurgias e levou 60 pontos no rosto após a agressão.

No capítulo, a seguir, os dados das reportagens selecionadas são compilados e quantificados, identificando o modo como são referidas às vítimas e os agressores. A partir destes dados é feita uma análise qualitativa com a amostra de trechos que exemplificam e qualificam os dados quantitativos. Além disso, é tomada como referência a perspectiva teórica construída nos capítulos anteriores.

## 6 ANÁLISE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A análise dos dados é realizada a partir dos cinco casos citados anteriormente, que contribuíram para a construção de duas categorias analíticas: Categoria 1: Descrição da Vítima e Categoria 2: Descrição do Agressor. Elaborei uma planilha no Microsoft Excel, disponível no Apêndice, para classificar todos os termos usados pelos profissionais do jornalismo nas dez reportagens selecionadas para referir-se as vítimas e aos agressores.

Durante a leitura inicial das matérias percebi que seria necessário criar subcategorias para dar conta da quantidade de dados disponíveis. O “Caso Eloá Cristina Pimentel”, por exemplo, apresentou mais de uma vítima e por outro lado o “Caso Eliza Samudio”, mais de um agressor. Desta forma a planilha está organizada assim: Categoria 1: Descrição da Vítima, subcategoria Vítima 1 e subcategoria Vítima 2; Categoria 2: Descrição do Agressor, subcategoria Agressor 1, subcategoria Agressor 2, subcategoria Agressor 3, subcategoria Agressor 4, subcategoria Agressor 5, subcategoria Agressor 6.

Na planilha, está presente uma coluna com a data de publicação e da atualização de cada reportagem nos sites em questão; ao lado dessa a coluna de identificação com o título das matérias; a próxima coluna é a que diz a qual caso a matéria se refere; depois vem a coluna que identifica o veículo de comunicação da matéria; em seguida a subdivisão da Categoria 1: Descrição da Vítima, dentro dela uma coluna com a subcategoria “Vítima 1”; ao lado dela uma coluna com o número de vezes que o termo foi citado, e ao lado dessa coluna uma com “Exemplos” de quando esses termos foram citados nas referidas matérias; essa sequência de colunas se repete ao lado para a subcategoria “Vítima 2”; em seguida a subdivisão da Categoria 2: Descrição do Agressor, dentro dela uma coluna com a subcategoria “Agressor 1”; ao lado dela uma coluna com o número de vezes que o termo foi citado, e ao lado dessa coluna uma com “Exemplos” de quando esses termos foram citados nas referidas matérias; essa sequência de colunas se repete ao lado para a subcategoria “Agressor 2”, se repete novamente para a subcategoria “Agressor 3”, e novamente com a subcategoria “Agressor 4”, se repete outra vez para a subcategoria “Agressor 5” e por fim se repete uma última vez com a subcategoria “Agressor 6”.

Após mapear os termos de todas as reportagens sobre as vítimas e sobre os agressores, reuni os dados em dois gráficos no formato pizza, para facilitar a interpretação e posterior comparação entre as categorias, conforme segue abaixo.

### **6.1 Categoria 1: Descrição da vítima**

Na análise da categoria 1, a partir da tabela do Microsoft Excel, citada acima, alguns dados chamam mais atenção que outros, e contribuem para elucidar o propósito deste trabalho, que é o de perceber se a naturalização da violência contra a mulher segue em curso com o apoio protagonista da mídia. Descrevo os dados a seguir.

Nas dez reportagens selecionadas, considerando apenas a subcategoria “Vítima 1” – que diz respeito às vítimas principais das violências – as vítimas foram citadas 207 vezes, e somando as subcategorias “Vítima 1” e “Vítima 2”, esse número passa para 240 vezes.

Considerando as duas subcategorias o modo mais utilizado para se referir as vítimas foi pelo primeiro nome delas, em 45,42% das vezes. O segundo modo mais comum de referir-se as vítimas foi o nome completo delas, em 14,17% das vezes que foram citadas. Ou seja, em 59,59% das vezes a vítima foi tratada ou pelo primeiro nome ou pelo seu nome completo.

O terceiro modo mais comum para falar da vítima foi a profissão da vítima, em 9,17% das vezes.

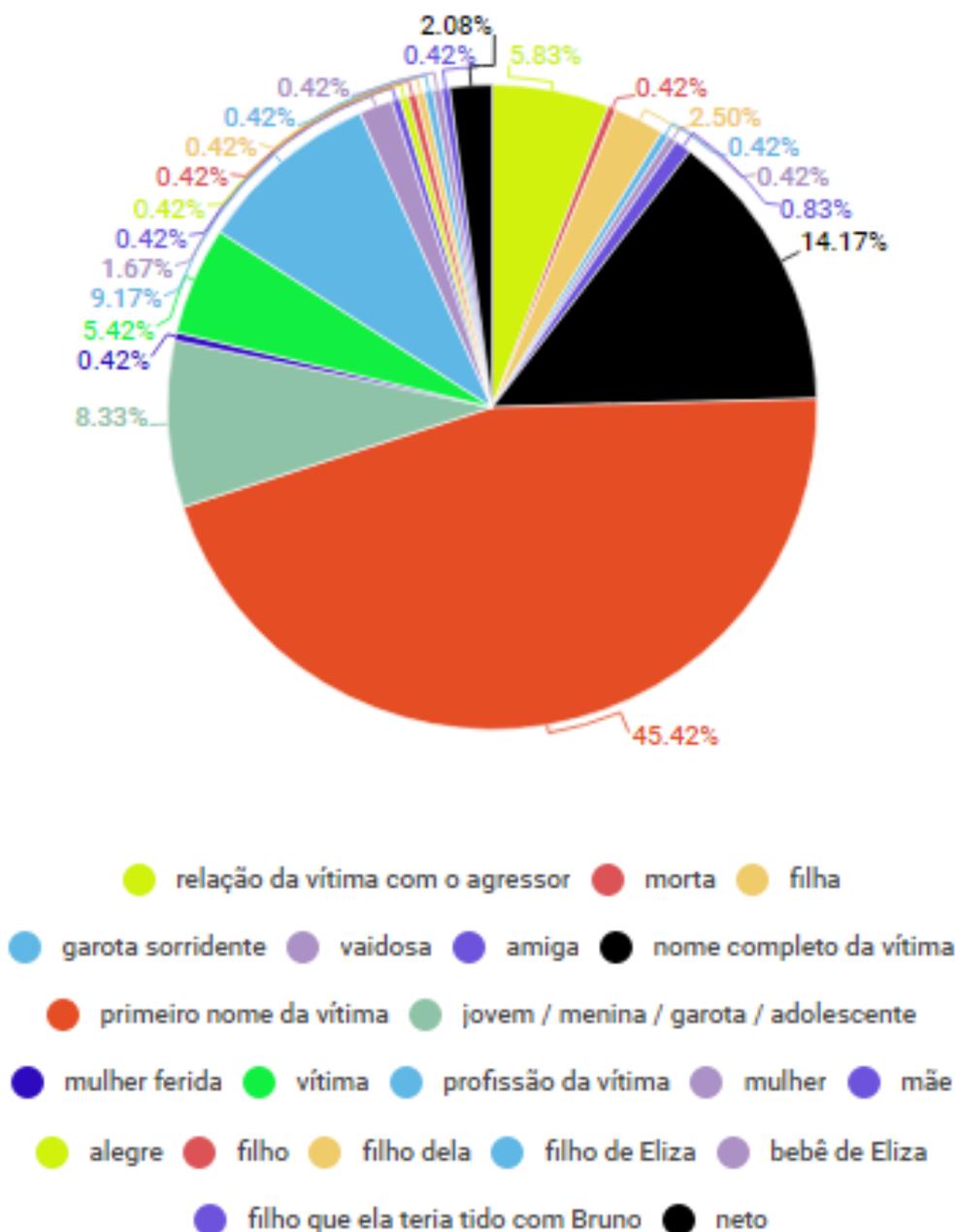
O quarto modo mais frequente para citar a vítima foi o uso de termos alusivos à idade, tais como: jovem, menina, garota, adolescente, em 8,33% das vezes.

Finalmente, o quinto modo mais comum de falar da vítima, foi a partir da sua relação com o agressor, em 5,83% das vezes.

Ressalto o uso de uma expressão, não pela sua recorrência, mas pelo assombro que me causou o uso dela: em uma reportagem a vítima foi descrita como “a morta”.

A seguir o gráfico utilizado para analisar os dados que descrevi acima:

Gráfico 1 Categoria 1: Descrição da Vítima



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do mapeamento dos termos, e com base neles, identifiquei também aspectos da construção da narrativa das reportagens e ressalto algumas sequências discursivas a seguir, que exemplificam onde ocorre a construção de efeito simbólico de naturalização da violência contra a mulher.

No “Caso Eloá Cristina Pimentel” as vítimas, Eloá e Nayara, são descritas em voz passiva, “passou, sofreu, morreu”, como se de alguma forma aquela violência tivesse acontecido com elas ao acaso, sem qualquer participação de

terceiros, já que o agressor não é associado a execução da violência infligida a elas. Violência essa, que no primeiro, dos dois trechos que cito a seguir, é descrita apenas como um “trauma”:

A voz alegre de Nayara Silva, de 15 anos, parece esconder o **trauma** pelo qual ela **passou** este mês. (G1, 31/10/08).

Ao fim do caso, que começou dia 13 de outubro e terminou no dia 17, Nayara **levou** um tiro no rosto e Eloá, ferida na cabeça, **morreu**. (G1, 31/10/08).

No próximo trecho a violência experienciada pelas vítimas novamente é minimizada:

A adolescente se recupera do **susto** na casa de parentes no litoral paulista e conta que tem sonhado com Eloá, uma das amigas mais próximas. (G1, 31/10/08).

Outra questão que desperta o interesse na análise, é que a ação da polícia não é referida em nenhuma das duas matérias selecionadas. Sendo que a ação da força policial foi fundamental no desfecho do sequestro, que culminou com a morte de Eloá Pimentel. O que mais uma vez indica a descrição do crime com algo que ocorreu ao acaso com essas mulheres, sem ação de terceiros, algo comum e corriqueiro.

Em um trecho de uma das reportagens a vítima é despersonalizada, sendo referida apenas como “a morta”, como se fosse uma coisa, um objeto sem vida pregressa, gostos, sonhos ou personalidade:

“Há pessoas que entraram na fila para ver **o corpo** três vezes”, disse um dos PMs responsáveis por organizar a multidão. Mulheres erguiam crianças para que elas pudessem avistar Eloá. Jovens fotografavam **a morta** com o celular. Uma mulher, na faixa dos 50 anos, abriu os braços para o policial militar e reclamou do tempo escasso: “Nem deu para ver direito”, (Revista Época, 24/10/08).

Por fim, a violência vivida pelas vítimas não é contextualizada. Não se fala da extensão dessa violência, que muitas vezes começa bem antes do crime, no trecho a seguir por exemplo, trata-se o namoro entre uma criança de 12 anos (vítima) e um adulto de 19 anos (agressor), como normal:

Liso foi o primeiro namorado de Eloá. **Ela tinha apenas 12 anos. Liso, 19.** Os pais só aprovaram o relacionamento quando Lindemberg foi até a casa da família para pedir a menina em namoro. Todos viam Liso e Eloá como um **casal apaixonado**. (*Revista Época*, 24/10/08).

Se o senso comum naturaliza um crime em suas práticas diárias, cabe aos profissionais que o noticiam manifestar repúdio, com um olhar crítico e alinhado ao entendimento do jornalismo como um serviço público. O óbvio precisa ser dito, quando o absurdo é naturalizado. Pois, quando práticas como essa são normalizadas pelos veículos de comunicação, tendem a soar como comuns e praticáveis para os leitores. Reitero, pedofilia é crime, relação sexual e amorosa entre adultos e crianças é crime.

No "Caso Eliza Samudio", assim como no caso anterior, as coisas simplesmente acontecem com a vítima, numa espécie de sequência lógica e natural, não há uma contextualização com relação ao crime que está em curso, a violência que está sendo praticada contra essa mulher, que é descrita mais uma vez de forma passiva, não deixando explícito a coação sofrida pela vítima, como mostram os trechos a seguir:

O jovem diz que a viagem continuou até o sítio de Bruno. O rapaz dormiu em um quarto. Macarrão em outro. E **Eliza, com o filho, dormiu em um terceiro quarto**. Havia também uma empregada doméstica. (*G1*, 07/07/10).

O adolescente disse que **os ossos de Eliza foram concretados no mesmo terreno em que ela foi morta**. Ele inocentou a mulher de Bruno, Dayane Rodrigues, de participação no assassinato de Eliza. (*G1*, 07/07/10).

Na próxima sequência narrativa, a segunda vítima desse caso, o bebê filho da vítima com o agressor, é descrito como um objeto que foi deixado em algum lugar. E a vítima principal tem somente o primeiro nome citado e o complemento da informação é que deixou o filho, dando a possibilidade de interpretação de que poderia ter sido, inclusive, por vontade própria. Foi utilizada a expressão "deixou o filho no local", quando na verdade refere-se a ela ter sido assassinada e por isso o filho ficou sem proteção junto aos criminosos que a mataram e esquartejaram:

Segundo o menor, Dayane foi ao sítio de Bruno depois do crime - e soube apenas que **o bebê de Eliza tinha sido deixado** no local. (*G1*, 07/07/10).

Entendo que este trecho a seguir, assim como alguns outros, se referem a falas de outras pessoas que não os/as jornalistas, contudo é dever desses profissionais contextualizar as falas das fontes conforme Alsina (2009), para garantir o maior e melhor entendimento do público a respeito dos fatos, o que, tendo em vista os trechos já citados, não aconteceu.

Na sequência narrativa abaixo a vítima principal, indiretamente, é descrita como alguém com quem o goleiro teve um relacionamento extraconjugal, considerada uma ex-amante do “acusado de ter participado de seu desaparecimento”. Neste caso há um abrandamento no crime, e a vítima é relacionada com o “papal” ser a mulher fora do casamento:

A diretoria do Flamengo criou ontem uma comissão jurídica para analisar uma possível rescisão de contrato do goleiro Bruno Fernandes, acusado de participação no desaparecimento de Eliza Samudio, de 25 anos, com quem teve um relacionamento extraconjugal. O clube vai aguardar o fim das investigações para toma a decisão. (*Tribuna do Norte*, 08/07/10).

No “Caso Débora Forcolen” mais uma vez a vítima é descrita na narrativa como tendo um único papel, ser morta. O passado dela não aparece, sua ocupação, nenhum elemento que traga algum traço de personalidade a ela, ela não é nada além de um contraponto ao agressor, que esse sim é descrito como um “empresário”:

Débora Forcolén, 18 anos, foi encontrada morta no dia 31 de maio, um feriado de Corpus Christi, dentro da casa em que morava com o empresário, no bairro Farrapos, na zona norte de Porto Alegre. (*Gaúcha ZH*, 22/10/19).

O interessante do próximo trecho é que ele traz a primeira vez que o nome da vítima é citado nessa reportagem, partindo do pressuposto que o nome é um dos elementos capazes de diferenciar essa “jovem de 18 anos” de outras jovens de 18 anos, por exemplo. Ainda assim, nessa reportagem o nome da vítima não apareceu no título, na linha de apoio, nem mesmo na primeira frase do *lide*, o nome dela aparece apenas no final da segunda frase do primeiro parágrafo. Essa demora em dizer quem é a vítima, nos leva a pensar que essa é só mais uma jovem assassinada, e esse é só mais um crime contra uma mulher qualquer, assim como tantos outros:

**Uma jovem, de 18 anos**, foi morta pelo companheiro, de 37, dentro da residência do casal na zona Norte de Porto Alegre, na tarde de quinta-feira. De acordo com a Brigada Militar, Débora Cassiane Martins Duarte foi atingida por um tiro de arma de fogo, enquanto estava no sofá da sala do apartamento na avenida Farrapos. (*Correio do Povo*, 01/06/18).

No “Caso Tatiane Spitzner”, em uma das reportagens analisadas a vítima é citada uma única vez em todo o texto, e apenas com seu nome completo. Ou seja, mais uma vez há um apagamento da pessoa vitimizada, a narrativa é centrada no agressor e a vítima é descrita de forma simplista e dando a entender que ela é apenas um elemento menor, só mais uma parte da trama. A reportagem fala dos desdobramentos legais do crime, e ainda assim a vítima que foi assassinada é citada uma única vez, conforme o trecho a seguir:

Após três adiamentos, o julgamento de Luis Felipe Manvailer, único acusado pela morte da advogada **Tatiane Spitzner** em julho de 2018, foi remarcado para o dia 4 de maio, na cidade de Guarapuava (PR), onde o crime ocorreu. (*Universa/UOL*, 17/02/21).

No “Caso Elaine Caparroz” em um dado momento da reportagem a vítima passa a ser citada somente como “ela”, esse pronome, utilizado no lugar do nome, acaba por apagar a personalidade da vítima:

**Ela** se lembra de ter dormido e depois acordado com Vinícius jogando-a no chão e batendo em seu rosto. Quanto mais **ela** gritava para parar, mais ele a agredia com socos e mordidas. Por fim, depois de muito tempo, Vinícius a levantou e a apertou com tanta força que **ela** desmaiou. (*Folha Vitória*, 13/03/20).

A seguir a análise da Categoria 2: Descrição do Agressor, os dados sobre como eles são citados e os trechos que indicam a construção da naturalização da violência contra a mulher a partir de como as narrativas tratam os agressores.

## 6.2 Categoria 2: Descrição do Agressor

A partir da análise da categoria 2, na tabela do Microsoft Excel, cito os dados que chamam mais atenção, com relação a forma como os agressores são citados. Para facilitar o entendimento, descreverei as cinco formas mais utilizadas pelos profissionais do jornalismo ao referir-se aos agressores, da mesma forma que fiz acima com as vítimas. Descrevo os dados a seguir.

Nas dez reportagens selecionadas, considerando apenas a subcategoria “Agressor 1” – que diz respeito aos agressores principais das violências – eles foram citados 237 vezes, e somando as subcategorias “Agressor 1”, “Agressor 2”, “Agressor 3”, “Agressor 4”, “Agressor 5” e “Agressor 6”, esse número passa para 304 vezes.

Considerando todas as subcategorias dessa categoria, o modo mais utilizado para citar os agressores foi o primeiro nome do agressor, em 25% das vezes.

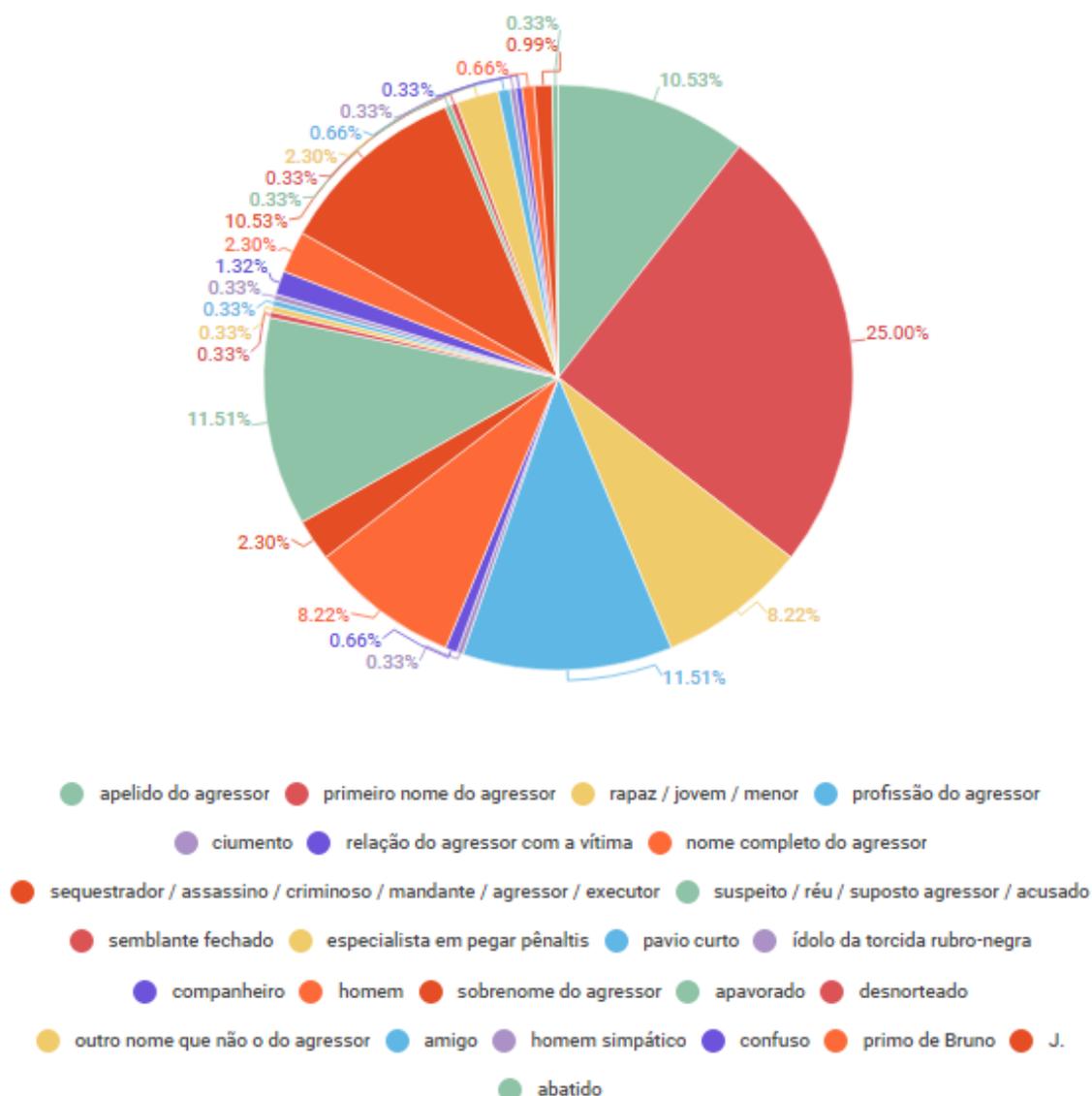
O segundo modo mais comum para citar o agressor ficou empatado entre a profissão do agressor com 11,51% e o uso de termos relacionados ao desenrolar do crime, como suspeito, réu, suposto agressor, acusado, também em 11,51% das vezes.

A seguir, mais um empate para a quarta e quinta formas mais comuns de citar os agressores, com o sobrenome do agressor (apenas o sobrenome, e não o nome completo) sendo usado para citá-lo em 10,53% das vezes, e o apelido do agressor usado também em 10,53% das vezes.

Cabe destacar que apenas em 0,66% das vezes o agressor foi descrito a partir de sua relação com a vítima e, em 2,30% das vezes eles foram citados a partir dos crimes praticados, com termos como, sequestrador, assassino, criminoso, mandante, agressor e executor.

A seguir o gráfico utilizado para analisar os dados que descrevi acima:

Gráfico 2 Categoria 2: Descrição do Agressor



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base na análise dos termos usados para citar os agressores presentes na planilha do Microsoft Excel, e interpretados a partir do gráfico acima, alguns aspectos da construção da narrativa das reportagens chama a atenção, pois contribuem com a hipótese que este trabalho se propôs a analisar, de que a naturalização da violência contra a mulher segue em curso, a partir do produto do trabalho jornalístico. A seguir exemplos de sequências narrativas onde isso fica evidente.

No “Caso Eloá Cristina Pimentel” um trecho da reportagem traz uma justificativa para o crime, como se existisse motivo capaz de justificar o sequestro de duas mulheres e o assassinato de uma delas. A justificativa descrita na matéria

é o “ciúme doentio”, e o motivo: “não aceitar” o término do relacionamento, reforçando um pensamento de que o corpo da mulher pode ser de propriedade do agressor.

O motivo do seqüestro foi o ciúme doentio de Lindemberg, que não aceitou o fim do namoro depois quase três anos com Eloá. (G1, 31/10/08).

Outros dois trechos, de uma das matérias selecionadas, permitem perceber o quanto a violência contra as mulheres não tem uma contextualização adequada, que trata da extensão da violência na vida das vítimas. Dessa forma, os leitores podem pensar que o crime foi um “ato de loucura” pontual, por exemplo, e não parte de um comportamento violento anterior e recorrente. Os trechos a seguir denotam que o relacionamento entre vítima e agressor era abusivo e tinha violências anteriores, contudo a história é contada na reportagem de forma encadeada – como se um fato justificasse o anterior - sem qualquer linha de estranhamento ou elucidação para os leitores sobre os crimes de agressão física e perseguição, que estão previstos no código penal brasileiro:

Lindemberg também procurou a ex-namorada na saída da escola. A conversa terminou em agressão. **Ele deu um soco nas costas de Eloá**, que se desequilibrou e caiu no meio da rua. (Revista *Época*, 24/10/08).

As brigas e reconciliações de Liso e Eloá eram freqüentes. **Ciumento**, Lindemberg sempre tomava a iniciativa de terminar o namoro. Passada a crise, o casal reatava. O ato e desato terminou no dia 11 de setembro, quando Liso rompeu pela última vez o relacionamento. Eloá havia desrespeitado um trato do casal: ela não podia se relacionar com nenhum garoto em seu programa de troca de mensagens pela internet. Ela levou a sério o fim do namoro. Passou a evitar Lindemberg e parou de atender seus telefonemas. Ele entrou em desespero. **Começou a segui-la** por todos os lugares e ligar insistentemente. (Revista *Época*, 24/10/08).

As construções narrativas das reportagens analisadas, parecem seguir dois caminhos ao falar dos agressores. Em alguns trechos citam os agressores a partir dos seus apelidos, o que denota uma intenção de humanizá-los, de falar do cotidiano deles para gerar identificação e o pensamento rotineiramente encontrado no sendo comum de “calma, eles são gente como a gente, só cometeram um deslize”. E em outros casos as matérias citam os agressores a partir de seus sobrenomes, que parecem querer afastar a ideia de que foi um homem que praticou aquela violência terrível, já que nem o primeiro nome se usa, aquilo simplesmente

“aconteceu”. Suspeito que em ambos os casos dessa prática as construções foram inconscientes, já que é comum no jornalismo que as pessoas participantes das reportagens sejam citadas por apenas um nome, além de ser comum alternar a forma de citar os personagens para que o texto não fique repetitivo contudo, a partir da análises dos teóricos citados anteriormente pode-se perceber que algumas formas de uso dos termos para tratar homes e mulheres estão obviamente motivadas por um sistema de dominação masculina e naturalização da violência contra a mulher, que mostra nessa mais uma de suas facetas. Conforme os trechos a seguir:

**Liso** ficou amigo de Douglas, irmão de Eloá, um ano mais novo que ela, para se aproximar da garota. Eles “ficaram” por cerca de dois meses sem o conhecimento da família. (*Revista Época*, 24/10/08).

Esse segundo trecho, ilustrando o uso do sobrenome para se referir ao agressor é de uma reportagem do “Caso Tatiane Spitzner”:

Além disso, contou que viu **Manvailier** carregando o corpo da vítima da calçada para dentro do prédio e chamou a polícia. (*G1*, 10/05/21).

No “Caso Eliza Samudio” uma prática pontual chamou a atenção, a exaltação do desempenho profissional do agressor, conforme o trecho a seguir:

O goleiro Bruno Fernandes **acumula títulos, defesas históricas** e um monte de polêmicas em sua carreira. É tão especialista em pegar pênaltis quanto em proferir declarações controversas. (*Tribuna do Norte*, 08/07/10).

No “Caso Débora Forcolen”, mais uma vez aparece a tentativa de justificar o crime, ou ao menos colocar algum peso na decisão da vítima de envolver-se com o agressor, desta vez a idade de ambos foi colocada na mesma frase, como que para fazer um contraponto e talvez justificar na diferença de idade o motivo para a violência cometida:

Uma jovem, de 18 anos, foi morta pelo companheiro, de 37, dentro da residência do casal na zona Norte de Porto Alegre, na tarde de quinta-feira. De acordo com a Brigada Militar, Débora Cassiane Martins Duarte foi atingida por um tiro de arma de fogo, enquanto estava no sofá da sala do apartamento na avenida Farrapos. (*Correio do Povo*, 01/06/18).

No “Caso Elaine Caparroz” mais uma vez o entorno não é contextualizado. Uma mulher foi espancada em um prédio, ninguém mais ouviu? Nenhum vizinho tentou ajudar? A responsabilidade de ajudar alguém que ouvimos em sofrimento é sim compartilhada, não há nenhuma linha nas reportagens sobre isso, o que fortalece a máxima do senso comum que diz “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

Elaine diz que, além dos socos e mordidas, Vinícius também tentou estrangulá-la, ação que, segundo suas recordações, foi impedida porque ela conseguiu conter a ação do agressor ao puxar os cabelos dele. (G1, 25/02/19).

E, para finalizar, chama a atenção que em alguns casos a profissão do agressor é aquilo que o define, e não o crime que ele cometeu – ou que se suspeita que tenha cometido. É certo que o/a jornalista não pode condenar no texto antes do julgamento, contudo, no caso de Elaine, em que o agressor foi preso em flagrante depois de espancar a vítima por quatro horas, ele poderia ser citado como: suposto agressor, homem preso em flagrante etc. Contrariando o indicado, ele foi chamado de “estudante de direito”, conforme o trecho abaixo:

Ela sofreu uma tentativa de feminicídio em fevereiro do ano passado quando foi espancada por quatro horas pelo **estudante de direito, Vinicius Batista Serra**, no apartamento da vítima, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. (*Folha Vitória*, 13/03/20).

No próximo capítulo seguem as “Considerações Finais”, que dão conta da interpretação dos dados até aqui, à luz da teoria construída, frente a hipótese da naturalização da violência contra a mulher.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse trabalho para analisar a hipótese da naturalização da violência contra a mulher com base nas narrativas das reportagens de veículos de *media* variados que abordam as violências percebidas que sim, a hipótese se confirma. A violência contra a mulher continua sendo naturalizada a partir dos discursos da mídia. Ainda que, de forma velada. Já temos inúmeros dispositivos para o combate da violência de gênero como a Lei Maria da Penha, as Delegacias da Mulher, os assassinatos de mulheres já não são mais descritos como crimes passionais, a reflexão sobre a culpa não ser da vítima está instaurada nas redes sociais, é perceptível um maior cuidado dos/das jornalistas ao escrever matérias desse tipo, contudo ainda há justificativas para atos de extrema violência, há normalização do crime, despersonalização da vítima, etc.

O que embasa essa informação são os dados levantados no capítulo 6 “Análise”. Num primeiro momento fiz uma leitura inicial das dez reportagens que selecionei e coloquei em uma tabela todas as formas utilizadas pelos/as jornalistas para se referir às vítimas e aos agressores. Nessa primeira leitura cheguei a pensar que a naturalização da violência contra a mulher não estava em curso no discurso midiático, pois os termos escolhidos para falar tanto das vítimas quanto dos agressores pareciam corretos. Contudo, algumas coisas pontuais me chamaram a atenção e eu fiz uma segunda leitura. Com um olhar para a quantidade de vezes que os termos apareciam nas reportagens e para entender as nuances da construção dessas narrativas e como os termos se encaixavam nelas. Durante esse caminho descobri dados importantes, como por exemplo que os agressores são 21% mais citados do que as vítimas nas reportagens. Apesar de serem elas que têm suas vidas afetadas, na maioria dos casos ceifada, a partir de situações violentas sobre as quais não têm controle algum.

Descobri que a forma mais escolhida pelos/as jornalistas para referir-se a uma vítima é o primeiro nome, ele foi usado em 45,42% das vezes. Já para falar dos agressores o primeiro nome é usado em apenas 25% das vezes. O que denota que a representação do agressor é mais plural, que ele não é só o seu primeiro nome (que pode ser igual a muitos outros), que ele também é a profissão, ou o crime que cometeu, ou algum termo associado ao desenrolar desse crime, ou ainda que ele vai ser citado pelo apelido. Alguns até são citados pela relação com a vítima,

mas somente em 2,30% das vezes, enquanto as vítimas são descritas a partir de sua relação com o agressor mais do que o dobro das vezes que eles, em 5,83% das vezes.

Descobri também que em 21,06% das vezes os agressores são citados pelo sobrenome, ou pelo apelido. O que me surpreendeu bastante, pois denota, como falei anteriormente nesse trabalho, que dois caminhos são escolhidos para descrever esse agressor ao público. O primeiro deles é aquele que usa o sobrenome, como se de alguma forma esse homem fosse um autor – afinal, utilizando de metalinguagem, é assim que foi feito nesse trabalho<sup>5</sup>, autores e autoras são citados apenas pelo sobrenome –, o uso do sobrenome também afasta, despersonaliza, dá um ar de entidade e não de pessoa a esse agressor. Em certa medida podemos dizer até que evoca a família do agressor, como se houvesse alguma responsabilidade aí, contudo, o óbvio precisa ser dito, a responsabilidade é do agressor, do criminoso, do homem que acha que tem poder sobre o destino de uma mulher, não da sua família. E o segundo caminho é o de humanizar o agressor, de usar o apelido pelo qual é chamado por amigos e familiares, o apelido pelo qual é conhecido na rua ou no bairro que mora, essa escolha de termo denota uma clara intenção de aproximar esse criminoso do público leitor, e quiçá até despertar o sentimento no senso comum de “mas foi um só um deslize, foi só dessa vez, ele é um guri bom”.

Em uma das reportagens o crime cometido pelo agressor foi justificado no texto, em outra reportagem o desempenho profissional do agressor foi exaltado, e em outra a vítima foi chamada de “a morta” e, ainda, “o corpo”, em um outro texto. O uso dessas passagens no texto jornalístico é completamente desnecessário e sem cabimento. Não há justificativa para um crime – no caso dessa reportagem dois crimes, sequestro em cárcere privado e assassinato – e principalmente, não cabe aos profissionais do jornalismo justificar, o que lhes cabe é a contextualização. O agressor que teve seu desempenho profissional exaltado era goleiro de um dos times com maior torcida no Rio de Janeiro, contudo nessa reportagem estava sendo contado o crime que ele cometeu, a reportagem não era sobre esporte. A intenção

---

<sup>5</sup> Esclareço que neste trabalho optei por descrever os autores e autoras com seus nomes completos na primeira vez em que são citados/as – sempre que possível – para identificar qual o gênero dos/das teóricos que compõe essa pesquisa. Contudo, nas demais vezes, conforme as normas da ABNT, a citação é feita somente com sobrenome e ano ou sobrenome, ano e página.

ao exaltar o passado profissional do agressor, ao invés de esforçar-se para contar a história com mais detalhes, me parece com a intenção de provocar no senso comum o sentimento de “ele pode ser meio doidinho, mas joga bem né, as vezes as mulheres aumentam as coisas”. E chamar a vítima de um crime de “a morta” ou o “o corpo” como se ela fosse nada além de um objeto descartado e sem vida, foi extremamente desumano e revoltante.

Ainda assim, o que mais me assombrou não foram essas citações que ocorreram uma vez cada – ainda que demonstrem um completo desrespeito com a vítima e uma prática em curso, porque se aconteceram num *corpus* de dez reportagens, podemos entender que num universo com mais reportagens elas aconteçam mais vezes. Contudo, uma prática esteve presente em várias das reportagens, a de transformar a vítima em nada além de um elemento passivo da narrativa, sem passado ou personalidade. Uma das reportagens citou a vítima uma única vez em todo o texto, outra citou a vítima pela primeira vez somente na segunda frase do primeiro parágrafo – não foi no título, na linha de apoio e nem no *lide* –, e outras optaram por desvincular a vítima do agressor. Usando termos como “morreu”, “aconteceu”, “sofreu”, como se de alguma forma uma violência sem sentido e sem agressor tivesse só ‘encontrado’ essas mulheres e acontecido com elas. Uma das reportagens em dado momento parou de usar o nome da vítima e começou a chamá-la de “ela”. Esse modo de falar dos crimes e das vítimas denota uma intenção de praticar um abrandamento da violência e um apagamento das personalidades das vítimas. O abrandamento da violência também pode ser observado na reportagem que tratou o crime de pedofilia como um relacionamento comum entre a vítima e o agressor, e naquelas que não contextualizaram a extensão da violência que esses agressores praticaram contra essas mulheres. É possível ler passagens com agressões e comportamentos abusivos para com as vítimas, que não são contextualizados, não é explicitado, não é interpretado para que a população ao ler tais palavras saiba que aquilo é errado, que por exemplo, perseguir a ex-namorada e dar um soco nas costas dela ao não gostar da conversa, é uma agressão física, é crime.

Fiz essa análise e qualificação dos dados com base na construção teórica dos capítulos anteriores, a começar pelo capítulo 2, com as autoras Alves (2019) e Duarte (2019) que abordam o surgimento do movimento feminista no Brasil, inspirado em movimentos da Europa e da América do Norte, contudo adaptado para

as necessidades das mulheres brasileiras, adaptação encabeçada por Nísia Floresta. É a partir do estudo das obras delas e de Hollanda (2019) que entendo o papel da luta feminista na vida das brasileiras, e o papel das mulheres no país. Ainda no capítulo 2, Louro (2004) começa a desenhar a forma como a mulher é tratada e as relações de poder exercidas entre os corpos. Wittig (2019) e Butler (2019) me ajudam a entender que corpos são esses, quem são as mulheres contra as quais a violência é naturalizada. Esse entendimento de que os gêneros são uma construção social histórica, baseada em ações intencionalmente performadas fez toda a diferença. Pois, o papel de gênero que se performa ao ser mulher implica em determinadas características, a serem representadas pelas mulheres, e na relação delas com os homens. É Wittig (2019) quem vai dizer que a base da opressão dos homens sobre as mulheres não é somente social, mas também histórica e biológica, e que ela parte justamente da classificação que fazemos entre homens e mulheres. Segundo ela, a violência que as mulheres sofrem é apenas uma parte da engrenagem da classificação das pessoas a partir de seus atributos físicos e biológicos. Butler (2019), ao apontar o gênero como nada além da repetição dos papéis escolhidos, explica que as mulheres experimentam ainda mais violência por desempenharem seus papéis de gênero conforme o esperado.

No capítulo seguinte, Bourdieu (2002) me fez compreender, a partir da teoria da “dominação masculina”, a condição de inferioridade “natural” da mulher, perante o homem. Ao conhecer a teoria, pude perceber nas reportagens que li e na análise da vida em sociedade os tantos comportamentos que reforçam essa dominação, ora empenhados por nós mulheres, ora pelos homens – essencialmente por eles – e pelo sistema patriarcal em que vivemos. As violências sejam elas simbólicas ou práticas, são parte da lógica do sistema de dominação. Bourdieu (2002) provoca de forma polêmica, que antes de olhar para os lares e as violências que ocorrem dentro deles, devemos olhar para a lógica do sistema que mantém e chancela essa violência. O que me fez crer ainda mais na importância dessa pesquisa, de voltar os olhos para a prática jornalística, que em sua essência se define como serviço público, e que, contudo, por vezes, presta um desserviço, como no caso do observado nessa pesquisa, ao naturalizar a violência contra a mulher, já tão amplamente praticada.

O capítulo 4, me ajudou a entender a responsabilidade dos profissionais jornalistas com a cobertura dos casos de violência. Após anos cursando a

graduação e convivendo com professores e professoras apaixonados/as pela profissão e sobremaneira humanos, eu já suspeitava de que a responsabilidade do/da jornalista vai muito além de descrever um fato alinhado com a verdade. Foi com Hall et al. (1999), que eu aprendi que a mídia não somente relata um acontecimento, mas o transforma em notícia e o constrói a partir dos desdobramentos. Entendi, ainda, que tudo que o/a jornalista escreve precisa fazer sentido para os leitores, e esse sentido está inscrito nos “mapas de significado” construído de forma tácita entre emissores e receptores. Esses mapas são uma espécie de mapa da vida em sociedade. Então, por exemplo, se uma reportagem aborda em seu texto a relação entre uma criança de 13 anos e um adulto de 19 anos – exemplo retirado de uma das reportagens do Caso Eloá Pimentel – sem estabelecer no texto que isso é um crime, que isso é pedofilia e está no código penal, o leitor que vê isso pode entender que em certas ocasiões, não é crime, que em certas ocasiões é aceitável que uma criança tenha uma relação amorosa e sexual com um adulto, e não é. Não é aceitável em momento algum. É crime, independentemente de qualquer fator. Foi com esse entendimento da importância dos mapas de significados que a análise da hipótese da naturalização da violência contra a mulher é ainda mais necessária e o uso de veículos variados se justifica. Dessa forma, foi possível perceber que não se trata de dizer que esse ou aquele profissional está errado, ou é machista, trata-se de apontar um sistema inteiro que coloca a mulher em um lugar de opressão, desrespeito e violência. Ainda com Hall et al. (1999) entendi o reflexo dos definidores primários nas reportagens jornalísticas. Ao optar pelas fontes oficiais em uma matéria, só é ouvida a voz das instituições e dos grupos que conseguem se organizar, com isso muitos grupos e, portanto, muitas demandas ficam desassistidas e sem voz na imprensa. Com Alsina (2009) tive a certeza daquilo que eu já tinha ouvido tantas vezes nas classes da faculdade, o produto do trabalho jornalístico é um elemento importante da construção social da realidade. Os acontecimentos se tornam reais a partir das narrativas construídas pelos/as jornalistas, pois entende-se que aquilo que foi dito num “jornal” é a verdade sobre o que aconteceu, já que para que a população creia que essa é a realidade, precisa acreditar naquilo que os/as jornalistas dizem. E ao acreditar nas reportagens a vida vai se desenhando com as narrativas jornalísticas como condutoras.

Foi por isso que eu gostei muito de ter feito essa pesquisa. No início eu tinha um interesse pessoal ingênuo sobre a pauta, no final eu percebi a dimensão que essa naturalização pode assumir na vida das pessoas. Não é somente sobre como as vítimas são representadas e como suas famílias e amigos se sentirão ao ler as reportagens. É principalmente, sobre o futuro de violência que essa naturalização entrega. Ao criar um sentido de “natural” para as agressões que as mulheres sofrem, não somente os homens entendem que podem cometer crimes em determinadas situações, mas também as mulheres entendem que estão sujeitas a isso, entendem que o modo que são tratadas é normal, é assim com todas, e principalmente, que não há nada que elas possam fazer para ser diferente.

Eu experimentei na pele essa naturalização e percebi isso ao longo da produção dessa pesquisa, que levou quase quatro semestres - em meio a uma pandemia – para ser finalizada. Conforme eu lia os autores e autoras e escrevia os capítulos teóricos, quanto mais eu pesquisava as reportagens mais eu me interessava pelo tema, apesar de pesado e sofrido, e quanto mais eu me interessava pelo tema, mais eu usava todos os momentos que tinha para falar sobre isso. Foi assim que eu escrevi uma reportagem em maio desse ano, sobre relacionamentos abusivos.

Ao entrevistar as mulheres que estiveram nesses relacionamentos, eu comecei a me identificar com os relatos delas, a cada nova entrevista, eu sentia o peito apertar e me deparava com uma sensação familiar, um medo, um trauma. Quando entrevistei uma psicóloga para explicar sobre esse tipo de relacionamento eu tive certeza: eu vivi um relacionamento abusivo por quase quatro anos. Sem saber. Eu era infeliz, era agredida verbalmente e psicologicamente repetidas vezes, sem me dar conta de que essas violências não devem fazer parte da vida de ninguém. Até que um dia, em mais uma briga onde eu era humilhada com gritos e xingamentos eu dei um basta, me revoltei e assumi que aquilo não era normal e que não ia mais acontecer comigo. Felizmente, eu não fui agredida fisicamente, e talvez por isso eu tenha demorado tanto para entender o que aconteceu, mas muitas mulheres não têm a mesma sorte que eu. Muitas mulheres além das sequelas emocionais também enfrentam sequelas físicas, isso quando não são mortas.

A naturalização da violência contra a mulher em curso na mídia brasileira, encoraja agressores, impede que os familiares percebam as atitudes de violência em relacionamentos de pessoas próximas e, principalmente, nega as mulheres que

percebam quando estão sendo agredidas, nega as mulheres que vivam com dignidade, nega as mulheres que sejam respeitadas.

## REFERÊNCIAS

ALAMI, Sophie; DESJEUX, Dominique; GARABUAU-MOUSSAOUI, Isabelle. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2009.

ALVES, Branca Moreira. **A luta das sufragistas**. In: Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.p.49-63.

AZEVÊDO, Sandra Raquew dos Santos. **A violência de gênero nas páginas dos jornais**. BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-azevedo-violencia.pdf>>. Acesso em: 10, março de 2021.

BANDEIRA, Lourdes. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. In: Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.p.293-313.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena. Kühner. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDALISE, Camila. **Doca matou Ângela e abalou país: lembre caso que inspira "Coisa Mais Linda"**. Universa/UOL, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/16/coisa-mais-linda-faz-referencia-a-doca-street-relembre-o-caso.htm>>. Acesso em: 01, abril de 2021.

BRANDALISE, Camila. **Caso Tatiane Spitzner: após abandono de advogados, novo júri será em maio**. Universa/UOL, 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/02/17/caso-tatiane-spitzner-apos-3-adiamento-juri-e-remarcado-para-maio.htm>>. Acesso em: 01, abril de 2021.

BRUNO se entrega e é indiciado. Tribuna do Norte, 2010. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/bruno-se-entrega-e-e-indiciado/153631>>. Acesso em: 01, abril de 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. In: Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.213-235.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2019**. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34784&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432)>. Acesso em: 17, junho de 2019.

CHAVES, Paula; NÓBREGA, Terezinha. **O Movimento Queer: Pluralização de Corpos, Gêneros e Identidades.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 9., 2015, Vitória. Anais eletrônicos... Vitória: 2015. p. 9. Disponível em:

<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/viewFile/7225/3649>>. Acesso em: 10, maio de 2021.

CIPRIANI, Juliana. **Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro que o deputado considerou 'brincadeira':** O EM reuniu algumas das declarações que ofenderam mulheres, homossexuais, negros e esquerdistas. Jornal Estado de Minas, 2018. Disponível em:

<[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/14/interna\\_politica,951685/10-frases-polemicas-de-bolsonaro-que-o-deputado-considerou-brincadeira.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/14/interna_politica,951685/10-frases-polemicas-de-bolsonaro-que-o-deputado-considerou-brincadeira.shtml)>.

Acesso em: 23, junho de 2019.

CORREIA, João Carlos. **Análise do Discurso:** a representação da mulher brasileira nos *media*. In: SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. V Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Sergipe/SE: UFS, 2007.

DAMÉ, Luiza. **Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso.** Agência Brasil, 2018. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>>. Acesso em: 05, março de 2021.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo:** uma história a ser contada. In: Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.p.25-47.

HALL, Stuart *et al.* **A produção social das notícias:** O mugging dos media. In: Jornalismo: questões, teorias e estórias. Nelson Traquina (org.). Lisboa: Veja, 1999. p.224-248.

HAMMES, Bárbara et al. **Caso Tatiane Spitzner:** Luis Felipe Manvailer é condenado a 31 anos de prisão por matar a esposa. G1, 2021. Disponível: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2021/05/10/caso-tatiane-spitzner-luis-felipe-manvailer-e-condenado-por-matar-a-esposa.ghtml>>. Acesso em: 10, maio de 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Introdução.** In: Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.p.9-20.

ISKANDARIAN, Carolina. **'Agora eu sei do que ele é capaz', diz Nayara sobre Lindemberg.** G1, 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL844859-5605,00-AGORA+EU+SEI+DO+QUE+ELE+E+CAPAZ+DIZ+NAYARA+SOBRE+LINDEMBERG.html>>. Acesso em: 01, março de 2021.

JOVEM, de 18 anos, é morta por companheiro na zona Norte de Porto Alegre. Correio do Povo, 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/jovem-de-18-anos-%C3%A9-morta-por-companheiro-na-zona-norte-de-porto-alegre-1.262968>>. Acesso em: 01, março de 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento.** In: Imagem e Diversidade Sexual. Denilson Lopes et al. (orgs.). Estudos de Homocultura. São Paulo, Nojosa edições, 2004, p.23-28.

MAZUI, Guilherme. **Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT.** G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>>. Acesso em: 23, junho de 2019.

MENOR diz em depoimento que ossos de Eliza Samudio foram concretados. G1, 2010. Disponível: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/07/menor-diz-em-depoimento-que-ossos-de-eliza-foram-concretados-em-sitio.html>>. Acesso em: 01, abril de 2021.

MODENA, Maura Regina (org.). **Conceitos e formas de violência.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

PAISAGISTA espancada diz que pode ter sido alvo de vingança; ela deve prestar depoimento nesta segunda. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/25/paisagista-espancada-diz-que-pode-ter-sido-alvo-de-vinganca-vitima-deve-prestar-depoimento-nesta-segunda.ghtml>>. Acesso em: 01, junho de 2021.

PAISAGISTA espancada diz que crime foi premeditado. Folha Vitória, 2020. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/03/2020/paisagista-espancada-diz-que-crime-foi-premeditado>>. Acesso em: 01, abril de 2021.

ROSA, Vitor. **Empresário réu por assassinato de jovem de 18 anos é solto em Porto Alegre.** Gaúcha ZH/Click RBS, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/10/empresario-reu-por-assassinato-de-jovem-de-18-anos-e-solto-em-porto-alegre-ck22b29co08ke01r24sxvj3zh.html>>. Acesso em: 01, abril de 2021.

TRAQUINA, Nélon. **Teorias do jornalismo, volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2008.

VERA, Andres *et al.* **A história de um namoro trágico.** Revista Época, 2008. Disponível: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI15655-15228,00-A+HISTORIA+DE+UM+NAMORO+TRAGICO.html>>. Acesso em: 01, junho de 2021.

WITTIG, Monique. **Não se nasce mulher.** In: Imagem e Diversidade Sexual. Denilson Lopes et al. (orgs.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

WOITOWICZ, Karina. **Representações de gênero nas páginas policiais: superficialidade e banalização da violência nos discursos dos jornais Gazeta do Povo e Diário dos Campos.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 4., 2006, Porto Alegre. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2006.

## APÊNDICE

Tabela I Dados de Descrição da Vítima e do Agressor

Disponível em:

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1FXwKzjibRp\\_9mIkqbr33gmWzqPh\\_ggAGPJv12BOoqWQ/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1FXwKzjibRp_9mIkqbr33gmWzqPh_ggAGPJv12BOoqWQ/edit?usp=sharing).

Fonte: Elaborada pela autora.